

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 28

25 de maio de 2023

(14,07 h – 18,14 h)

**Ordem do dia:** — 1.ª parte: Apreciação e votação da ata da reunião n.º 25 da CPI TAP, de 17 de maio de 2023; apreciação e votação de requerimentos para obtenção de documentação: GPPSD — Pedido de informação ao MAAP, solicitando ao GNS esclarecimentos sobre a classificação de documentos pelo Governo; GPPSD — Pedido de documentos relacionados com a compra e venda da participação de David Neeleman e a transferência de 55 milhões de euros; GPPSD — Pedido de cópias de participação à PSP, auto de ocorrência e relatório médico (formalização de pedidos efetuados durante a audição); GPPSD — Requer ao CEGER e MI o envio das notas respeitantes à TAP no PC de Frederico Pinheiro; GPPSD — Requer ao CEGER informações sobre medidas de segurança informática relacionadas com documentos classificados; GPPSD — Requer ao MI manual, orientações, indicações dadas à chefe de gabinete de como proceder em ocorrências idênticas à de 26 de abril; GPCH — Pedido de documentação ao MI do registo de todas as comunicações trocadas entre a sua pessoa e o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, e entre ambos e o Sr. Secretário de Estado António Mendonça Mendes.

2.<sup>a</sup> parte: Audição do Dr. João Weber Gameiro, na qualidade de ex-CFO da TAP.

**Presidente da Comissão:** António Sales (PS)

**Deputados Oradores:** Hugo Carneiro (PSD)

Filipe Melo (CH)

Bruno Aragão (PS)

Pedro Filipe Soares (BE)

Paulo Moniz (PSD)

Maria de Fátima Fonseca (PS)

Bernardo Blanco (IL)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, estamos em condições de iniciar a nossa reunião.

*Eram 14 horas e 7 minutos.*

Antes de entrarmos na ordem do dia, gostaria de anunciar algumas substituições: no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Deputada Vera Braz e o Deputado Hugo Costa vão ser substituídos, respetivamente, pelos Deputados Pedro Coimbra e Miguel Costa Matos; no Grupo Parlamentar do PSD o Deputado Paulo Rios de Oliveira vai ser substituído pelo Deputado Hugo Patrício Oliveira.

Quero, ainda, dar nota de que, relativamente à entrega das conclusões do processo de inquérito ordenado pelo Sr. Presidente da Assembleia da República quanto às fugas de informação, as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados têm na vossa caixa de correio eletrónico, para onde foi enviado hoje de manhã, o documento com as respetivas conclusões, recomendações e sugestões do Sr. Presidente da Assembleia da República.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados.

Sobre as conclusões do aludido inquérito, que acabou de referir, eu gostava só de reiterar e deixar claro que foi muito importante o trabalho que foi feito. Acho que devemos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, que dirigiu esse inquérito, um agradecimento, porque, sendo uma parte isenta, ou seja, uma parte que não está diariamente nesta Comissão, logrou levar a bom porto um trabalho que não é fácil e é de grande responsabilidade.

Face a algumas das acusações que vieram a público, que todos tivemos a oportunidade de ouvir, acho que foi muito importante as conclusões a que

chegou e que elevam e enobrecem o nosso Parlamento, desde logo porque se concluiu que nenhum dos Srs. Deputados, nenhum membro da assessoria dos grupos parlamentares nem nenhum funcionário do Parlamento tiveram qualquer envolvimento em alegadas fugas de informação.

Portanto, gostava de deixar este registo e agradecer, mais uma vez, o trabalho que foi feito.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

**O Sr. Filipe Melo (CH):** — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os presentes.

Na senda do que disse o Sr. Deputado Hugo Carneiro, o Grupo Parlamentar do Chega agradece todo o trabalho de investigação feito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, que foi um trabalho importante que voltou a dar a esta Comissão a dignidade que sempre teve, mas que, por vezes, foi posta em causa por quem não deveria fazê-lo.

Orgulhamo-nos muito da conclusão deste inquérito, não só nós, Deputados, como também os assessores e todos os elementos da equipa técnica que têm feito um trabalho de apoio brilhante, pelo que não podia deixar de lhes dirigir estas palavras, porque, verem os seus nomes como possíveis envolvidos em algo que muito dificilmente poderia ter acontecido, foi também para eles uma situação muito desagradável.

Felizmente, foi reposta a justiça e foi reposta a verdade dos factos. Aliás, sempre defendemos a tese de que seria, praticamente, impossível, a documentação sair desta Comissão.

Portanto, o que nós podemos esperar agora é que nos deixem trabalhar e que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias tire daqui as suas conclusões e, eventualmente, consequências.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, a isto chama-se o regular funcionamento das instituições. Havia dúvidas, esclareceram-se e, portanto, agora podemos avançar ou continuar com o essencial, como sempre dissemos.

Queria ressaltar, no entanto, que este relatório tem um conjunto de recomendações — que eu acho até a parte mais interessante para futuro —, onde nós nos revemos, porque essas recomendações podem, enfim, enformar e moldar o trabalho de próximas comissões deste género ou outras, simplificando o trabalho dos Deputados, dos grupos parlamentares e dos assessores que os apoiam, dando mais garantias ao sistema.

Acho que a Assembleia deve também evoluir nesse sentido e, portanto, desse ponto de vista, este é também um relatório que, evidentemente, importa continuar a recordar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para não ser muito longo na intervenção, direi apenas duas ou três coisas.

Primeira, cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, que fez um trabalho que, daquilo que nós conhecemos e daquilo que lhe reconhecemos, nos merece toda a confiança; segunda, gostaria de dizer também que, da parte que é conhecida — as conclusões —, acompanhamos quer as conclusões quer as recomendações que lá constam e que o Sr. Presidente da Assembleia da República nos enviou.

Ficamos satisfeitos que a conclusão tenha sido aquela a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada chegou, ou seja, a de que qualquer suspeita, que existia sobre Deputadas ou Deputados da Comissão, sobre os serviços da Comissão ou sobre os serviços do Parlamento, foi completamente dirimida e, por isso, deixou de existir.

Esperamos que, da mesma forma como foi muito célere a fazer as críticas na praça pública, o senhor líder parlamentar do Partido Socialista, tenha também a mesma rapidez em pedir desculpas aos Deputados e Deputadas desta Comissão de Inquérito e, como consequência, também à Assembleia da República por ter achincalhado o nome desta instituição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, também eu tive oportunidade de agradecer publicamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão e tenho agora oportunidade, mais uma vez, de reiterar o meu agradecimento também a todos os assessores, técnicos e aos serviços. Muito obrigado a todos, uma vez mais.

Vamos, agora, passar à primeira parte da ordem do dia, cujo ponto 1 é a apreciação e votação da transcrição da reunião n.º 25, de 17 de maio de 2023.

Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.*

Vamos passar ao ponto 2 — Apreciação e votação de requerimentos para obtenção de documentação.

Temos seis requerimentos apresentados pelo PSD.

A saber: (requerimento 77) pedido de informação ao MAAP solicitando ao Gabinete Nacional Segurança esclarecimentos sobre a

classificação de documentos pelo Governo; (requerimento 78) pedido de documentos relacionados com a compra e venda da participação de David Neeleman e a transferência de 55 milhões de euros; (requerimento 79) cópias de participação à PSP, auto de ocorrência e relatório médico (formalização de pedidos efetuados durante a audição); (requerimento 80) ao CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo) e ao Ministério das Infraestruturas o envio de notas respeitantes à TAP no PC de Frederico Pinheiro; (requerimento 81) ao CEGER informação sobre medidas de segurança informática relacionadas com documentos classificados; (requerimento 82) ao Ministério das Infraestruturas requerendo o manual, orientações e indicações dadas à chefe de gabinete de como proceder em ocorrências idênticas à do dia 26 de abril.

Temos ainda um requerimento do Chega (requerimento 83) pedindo documentação ao Ministério das Infraestruturas sobre o «registo de todas as comunicações trocadas entre a sua pessoa e o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, e entre ambos e o Sr. Secretário de Estado António Mendonça Mendes.»

Eu sugeria, como ontem fizemos, dar a palavra ao PSD, se assim o entender, para intervir sobre os seus requerimentos e depois ao Chega.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Como disse o Sr. Presidente, e bem, os nossos requerimentos são para solicitar documentação complementar àquela que já temos. Aliás, alguma dessa documentação foi por nós anunciada oralmente no decurso das audições e outra decorre, obviamente, daquilo que vai sendo a nossa análise e aprofundamento dos temas.

Como são vários requerimentos e como o Sr. Presidente, e bem,

explicitou o teor sucinto de cada um, julgo que mais aproveitava à Comissão eu demonstrar a minha disponibilidade, se algum grupo parlamentar ou Sr. Deputado, em relação a algum requerimento em concreto, entender necessário, para dar mais algum esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se mais algum Sr. Deputado deseja intervir sobre estes requerimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, quero dizer, sucintamente, que acompanharemos o requerimento 78, que solicita cópia de contrato de compra e venda da participação de David Neeleman e a transferência de 55 milhões de euros, e não acompanharemos os outros requerimentos, pela mesma razão que ontem invocámos, pois entendemos que estão fora do objeto desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, realmente são alguns requerimentos e pode ter havido aqui alguma confusão.

Por isso, queria só perguntar ao Sr. Deputado Bruno Aragão o seguinte: por exemplo, no requerimento 80 solicitamos que sejam enviadas à Comissão todas as notas constantes do computador do Sr. Dr. Frederico Pinheiro que digam respeito à TAP. O Sr. Deputado entende que este pedido é fora do âmbito desta Comissão?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, entendo

que isso é inutilidade superveniente, porque nós já votámos um requerimento do Bloco de Esquerda sobre a documentação desse computador e, portanto, sobre isso não temos, rigorosamente, mais nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, a razão do Partido Socialista para não acompanhar ou votar contra foi que o assunto versado no requerimento estava fora do âmbito desta Comissão, não é por ser superveniente. E a pergunta que eu fiz, e repito, é se o Partido Socialista entende que o envio de todas as notas constantes do computador do assessor Frederico Pinheiro, que digam respeito à TAP — tal como está escrito no requerimento —, está fora do âmbito desta Comissão. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, sobre os documentos desse computador, nós já votámos um requerimento do Bloco de Esquerda e, portanto, nada mais tenho a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo para, eventualmente, se quiser, intervir sobre o requerimento apresentado pelo Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente fez o favor de esclarecer cabalmente o nosso requerimento em que solicitamos o registo de todas as comunicações trocadas entre o Ministro das Infraestruturas e o Sr. Primeiro-Ministro e entre ambos e o Sr. Secretário de Estado António Mendonça Mendes, por forma a

podermos aferir a verdade do Sr. Ministro João Galamba, que nos fez uma cronologia, uma fita do tempo de todos os contactos ocorridos na noite do dia 26 de abril.

Penso que é um requerimento simples que vem dar credibilidade à informação prestada aqui pelo Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais nenhum Sr. Deputado que queira intervir, vamos passar à votação de cada um dos requerimentos.

Creio que posso dispensar a identificação completa de cada requerimento e, por economia de tempo, anunciarei apenas o seu número.

Vamos, então, votar o requerimento 77, do PSD.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Costa Matos, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Hugo Patrício Oliveira, Patrícia Dantas e Paulo Moniz, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, registando-se a ausência do Deputado Bruno Dias, do PCP.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, será que podemos agrupar alguns requerimentos?

O Sr. **Presidente**: — Se estiverem todos de acordo, creio que podemos agrupar os requerimentos 79, 80, 81 e 82, apresentados pelo PSD e...

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, nós solicitamos que o nosso requerimento seja votado em separado.

O Sr. **Presidente**: — Era o que eu ia dizer.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ah, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar os requerimentos 79, 80, 81 e 82, apresentados pelo PSD.

*Submetidos à votação, foram rejeitados, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Costa Matos, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos a favor dos Deputados do PSD, Hugo Carneiro, Hugo Patrício Oliveira, Patrícia Dantas e Paulo Moniz, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, registando-se a ausência do Deputado Bruno Dias, do PCP.*

Vamos, agora, votar o requerimento 78, apresentado pelo PSD.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.*

Vamos votar o requerimento 83, apresentado pelo CH.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Costa Matos, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos a favor dos Deputados do PSD, Hugo Carneiro, Hugo Patrício Oliveira, Patrícia Dantas e Paulo Moniz, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, registando-se a ausência do Deputado Bruno Dias, do PCP.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, só para que conste em ata o resultado desta e das votações anteriores, eu acho que é sintomático do que se está a passar nesta Comissão, o facto de apenas um grupo parlamentar votar contra os requerimentos dos restantes, sendo que todos os restantes grupos parlamentares votam favoravelmente. Isto é sintomático de muita coisa. Isto é sintomático, e digo-o sem receio das palavras, de o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estar a querer proteger membros do Governo, estar a querer sonegar informação relevante a esta Comissão e estar a impedir os grupos parlamentares de fazerem o seu papel de escrutínio e o seu papel de rigor parlamentar, estando perfeitamente condicionados pelo Partido Socialista.

Sr. Presidente, para que fique em ata, quero voltar a referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no que diz respeito ao requerimento do Grupo Parlamentar do Chega, está a proteger o Ministro, está a sonegar informação a esta Comissão e, com a postura antidemocrática que tem revelado nesta Comissão, com receio das consequências que desta Comissão advirão para o Governo e para o Partido Socialista, não está a prestar um bom serviço à Comissão, ao Parlamento e, acima de tudo, ao nosso País.

É triste e é lamentável esta postura. E volto a dizer o que já disse

ontem: temos de repensar em que moldes vamos continuar a trabalhar nesta Comissão, porque, assim, estamos impedidos, constantemente, de poder trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, julgo que inaugurei nesta Comissão o «aviso», entre aspas, ou, se quiser, a nota de realce, à data em que o fiz, que íamos entrar, à data, no momento do exercício ostensivo e recorrente do rolo compressor do Partido Socialista em matéria de requerimentos nesta Comissão.

Senão vejamos: de todos os requerimentos que o PSD hoje submeteu a votação, somente um recebeu a anuência do Partido Socialista e, como tem maioria, naturalmente, inviabilizou todos os outros.

Mas volto, em particular, ao requerimento em que solicitávamos o envio a esta Comissão de todas as notas constantes do computador do Sr. Dr. Frederico Pinheiro que digam respeito à TAP.

O chumbo desta informação é cirúrgico, porque é este computador que andou perdido 24 horas nas mãos dos serviços de informação da República Portuguesa antes de ficar à guarda de quem tem de estar, que é a Polícia Judiciária.

Ainda temos nós, PSD, esperança, porque confiamos nas instituições, que venha a ser esclarecida uma pergunta que também consta desses nossos requerimentos — e é uma preocupação que eu já tive oportunidade diversas vezes de realçar em intervenções — sobre a preservação da integridade da informação do computador do Sr. Dr. Frederico Pinheiro, em particular as notas que ele tirou das reuniões a que assistiu e que constam somente deste computador.

Estamos em querer que havemos de ter, e assim esperamos, notícia se

houve ou não a preservação dessa informação, ou, dito de outra forma, nas 24 horas em que este computador esteve fora das autoridades com poder de polícia criminal, o que é que lhe aconteceu.

Mas é exatamente o envio destas notas específicas sobre as reuniões, quer do Dr. Pedro Nuno Santos, quer do Dr. João Galamba, que o PS inviabiliza ao chumbar o requerimento que o PSD apresentou.

Assim, adensa-se-nos, legitimamente, a questão e a dúvida metódica: o que pretende o Partido Socialista esconder em relação às notas do Dr. Frederico Pinheiro?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sr. Presidente, sem alongar a discussão é só uma nota simples: nós nunca vamos usar expressões como «perdido nas mãos do sistema de informação da República Portuguesa». Seguramente, não vamos qualificar as nossas instituições dessa forma, mas isso é uma classificação que competirá a cada partido.

As instituições cumpriram o seu papel. Se é assim que vê o sistema de informações da República Portuguesa,...

O Sr. **Paulo Moniz (PSD)**: — Não foi isso que eu disse!

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Foi o que o Sr. Deputado disse, e está disponível, portanto, eu não vou entrar nesse registo.

Queria só dizer que concordo com o Sr. Deputado. De facto, naquele dia inaugurámos o novo ciclo, que foi o ciclo em que deixámos de discutir, sobretudo a TAP, para um ciclo em que passámos a discutir tudo menos a TAP. Portanto, isso competirá a cada um.

Há é uma questão que não pode deixar de ficar registada: não é uma

questão de ser antidemocrático ou não, quando se exerce o direito de voto, faz-se aquilo que compete em democracia, ou seja, vota-se e, naturalmente, cada um assumirá as suas responsabilidades. É isso que caracteriza a democracia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Bruno Aragão deu a entender que eu teria questionado o funcionamento e o rigor dos serviços de informação da República Portuguesa. Não foi isso que eu disse, e vou repetir, porque eu sei que se lhes aproveita essa retórica.

O que eu disse, e repito, é que é nosso entendimento que o órgão competente para ficar com a guarda do computador do Dr. Frederico Pinheiro, é um órgão com capacidade e poderes de polícia criminal — a Polícia Judiciária. Foi isso que eu disse. E disse-lhe que antes disso, houve 24 horas em que este computador esteve em quem, do nosso ponto de vista, não tem, no quadro legal, a competência para o reter. E volto a repetir!

Quanto à questão que diz, ela é substantiva de facto. O problema, por que nós discutimos menos a TAP aqui é só por uma razão: é porque o Governo do Partido Socialista é um emaranhado de confusões permanentes, é pancadaria nos gabinetes, é um desrespeito pelos princípios éticos da República, é uma confusão a que nós nunca pensámos assistir e, infelizmente, antes de tratarmos dos assuntos da TAP temos que estar a tratar de assuntos que julgávamos que não fossem necessários no exercício de uma competente governação, mas que, manifestamente e à saciedade, tem servido para enorme estupefação de todos os que assistem àquilo que o Governo desnudadamente aqui nos mostra nos vários depoimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, das declarações do Sr. Deputado Bruno Aragão, há duas notas que eu gostaria de tirar.

Primeira, relativamente ao regular funcionamento das instituições, eu acho que nenhum grupo parlamentar pôs em causa o regular funcionamento do SIS (Serviço de Informações de Segurança); o que os grupos parlamentares têm vindo a pôr em causa é uma atuação ilegal do SIS, que são coisas distintas, e muito distintas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obviamente!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O SIS fez uma coisa que não pode fazer, ou seja, interveio numa situação de furto, e não o pode fazer, isso é para os órgãos de polícia criminal.

Segundo, o SIS fez outra coisa que a Constituição também não permite que se faça: uma intervenção na moradia de um cidadão a altas horas da noite, que foi o que o SIS fez.

Portanto, as nossas críticas à atuação do SIS vão nesse sentido. Falta esclarecer, e isso é que iremos apurar futuramente, é quem é que deu instruções ao SIS para atuar desta maneira, porque eu não acredito que o SIS fosse ter este tipo de atuação sem instruções de quem está hierarquicamente acima.

Ainda sobre o que o Deputado Bruno Aragão referiu, e também não posso deixar passar, é que o tempo dirá se é antidemocrático ou não. É, é, Srs. Deputados e Srs. Deputados do Partido Socialista, digo-vos isto nos olhos, vocês estão a ser condicionados pelo Governo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Oh...!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... porque eu tenho a certeza absoluta, a plena convicção, de que, se fosse por vossa iniciativa, vocês aprovavam os requerimentos. Vocês querem tanto apurar a realidade dos factos como todos os Deputados dos outros grupos parlamentares. Vocês não são diferentes de nós nessa vontade de apurar a verdade e a realidade, simplesmente estão condicionados por um Governo quando devia ser ao contrário, ou seja, vocês devem fiscalizar o Governo, tal como todos os outros Deputados, e não o estão a fazer, porque estão a ser condicionados. Vocês aqui são o porta-voz do Governo que vos diz: aprovem, recusem, aprovem, recusem...!

Portanto, vocês, sim, poderão ser, um dia mais tarde, acusados pelos portugueses de não terem permitido que esta Comissão fizesse o seu trabalho com a integridade e com a competência que lhe é devida.

Por isso, Srs. Deputados, o apelo que eu vos deixo é o seguinte: não sigam à risca as instruções do Governo; vocês são fiscalizadores do Governo, não são mandatários do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de intervir de forma sintética, espero.

Há a ideia, que o Partido Socialista está a tentar perpassar e que tem sido visível não apenas aqui, mas até muito mais fora, de que a Comissão Parlamentar de Inquérito está a desviar-se do essencial, tentando o PS insinuar que é «desviar do essencial» perceber a ação dos serviços de informações, da forma como foram ativados ou não, e das consequências que houve da sua ação.

Lembro que todos os grupos parlamentares fizeram perguntas e os membros do Governo e a chefe de gabinete responderam a perguntas sobre

esta matéria, respeitando o que o Sr. Presidente tinha dito que era a ação do SIS e que, legalmente, configura em vários aspetos o segredo de Estado.

No entanto, foram permitidas quer essas audições, quer essas perguntas, por um motivo óbvio e simples: há um conjunto de acontecimentos que decorrem — e não nos parece credível que seja de outra forma, até porque foi dito pelo Sr. Ministro João Galamba — da informação que determinado computador tem e essa informação é sobre a TAP,...

**O Sr. Paulo Moniz (PSD):** — Exatamente!

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — ... não é sobre outra coisa qualquer, é sobre a TAP. Não é sobre cabos submarinos, não é sobre questões pessoais do ex-assessor, é sobre a TAP!

Desse ponto de vista, o Sr. Ministro João Galamba disse aqui, na Comissão, que não tinha nenhum problema com as reuniões que teve ou deixou de ter com a Sr.<sup>a</sup> CEO, que ela tenha realizado ou deixado de realizar reuniões com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, por isso, também podemos concluir, das próprias palavras do Sr. Ministro, que não é um problema com as reuniões; logo, é um problema com o computador com as notas ou com os documentos da TAP.

**O Sr. Paulo Moniz (PSD):** — Exatamente!

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — Do computador de um assessor, assessor que esteve com o anterior ministro que tutelou o período final da nacionalização da TAP, a injeção de 3200 milhões de euros na TAP e que está agora o atual ministro a desenrolar atividade nessa sequência e, diz o próprio, diz o Governo, a preparar a privatização.

Tudo isto é tutela política da TAP, tudo isto está interrelacionado...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... e não é possível criarmos aqui, até pela continuidade dos diversos agentes ao longo deste processo, uma barreira temporal clara e inequívoca. E é por isso que até o Grupo Parlamentar do Partido Socialista achou bem que o Ministro João Galamba viesse à Comissão, fez um conjunto de perguntas e sobre essa matéria quis ouvir as respostas.

O que aconteceu foi que, face às trapalhadas, várias, das declarações de membros do Governo, incluindo as do Sr. Ministro João Galamba, agora o que está a tentar ser criada é uma barreira para impedir que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fiscalize. Porquê? Porque os fiscalizados não estão à altura de manter uma palavra, uma conduta que se possa apreciar como irrepreensível e, na verdade, a transformar essa limitação na incapacidade de a Comissão Parlamentar de Inquérito avaliar o seu objeto — as responsabilidades políticas sobre o dossiê TAP.

Por isso, nós reconhecemos a validade democrática da votação, não achamos que esteja em causa essa validade democrática, o Partido Socialista tem uma maioria absoluta, o número de Deputados que lhe é inerente, mas não deixamos de apontar esta mudança de posição do Partido Socialista nesta Comissão e os seus objetivos políticos, que condenamos veementemente.

O Sr. **Presidente**: — Penso que já estamos em condições de suspender momentaneamente a reunião para ir buscar o Dr. Weber Gameiro.

*Eram 14 horas e 38 minutos.*

Estamos em condições de dar início à audição de hoje.

*Eram 14 horas e 41 minutos.*

Cumprimento todos os presentes, mais uma vez, e o Dr. João Weber Gameiro, a quem agradeço a disponibilidade para estar hoje presente na nossa Comissão.

O Dr. João Weber Gameiro está aqui na qualidade de ex-CFO (*chief financial officer*) da TAP, tendo desempenhado essas funções de 24 de junho de 2021 até 30 de outubro de 2021, uma vez que esteve como não-executivo até esse momento.

Gostaria de dizer, Sr. Doutor, que foi adotada e consensualizada em reunião de Mesa e Coordenadores uma grelha de tempos que dispensa a 2.<sup>a</sup> ronda de perguntas, pelo que vamos ter uma audição menos extensa.

Queria também ler-lhe os seus direitos e deveres, como fazemos sempre, antes de dar início a uma audição. Como sabe, estes direitos e deveres resultam da articulação entre o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e o Código Processual Penal.

Passo a ler: O depoente tem o direito a não responder a perguntas, quando alegar que, das respostas, resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação de segredo de justiça, punível criminalmente nos termos do artigo 371.º do Código Penal; ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer outra natureza que possam prejudicar a espontaneidade e a sinceridade das respostas; o depoente tem direito a ser inquirido sobre factos de que possua conhecimento direto; o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção junto ao processo.

Relativamente aos deveres, o depoente tem o dever de depor sobre factos relativos ao objeto de inquérito, mantendo-se à disposição da

Comissão de Inquérito até ser por ela desobrigado; a recusa do depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da lei processual penal; o depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática do crime de desobediência qualificada, artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares; o depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho, artigo 360.º do Código Penal; quando conveniente podem ser mostradas peças do processo e documentos que a eles respeitem; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos.

Para terminar, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida por eles indicada: *a)* quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos; *b)* quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Lidos os direitos e deveres, sei que o Sr. Doutor pretende fazer uma intervenção inicial, pelo que lhe passo imediatamente a palavra.

**O Sr. João Weber Gameiro** (ex-CFO da TAP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

Tenho uma pequena declaração a fazer, que é a seguinte: integrei os órgãos sociais do Grupo TAP em 24 de junho de 2021 para o período a findar em 31 de dezembro de 2024, como administrador e elemento da Comissão Executiva da TAP SGPS, TAP S.A. e Portugália. A minha relação contratual resultava da eleição em assembleia geral, não tendo sido formalizado contrato.

Na TAP assumi responsabilidade das áreas financeira, contabilidade e planeamento e controlo. Renunciei à administração das sociedades atrás referidas a 30 de setembro de 2021, tendo saído dos órgãos sociais, e conseqüentemente do Grupo, no dia 31 de outubro do mesmo ano.

No momento em que integrei a TAP possuía cerca de 30 anos de experiência profissional em banca, sendo que, desde 2000, em bancos internacionais. Ao longo da minha vida profissional tenho colaborado com as principais empresas nacionais, mas também com fundos e grupos internacionais.

Agradeço a vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, iniciar as interpelações, sendo que hoje, de acordo com o nosso sistema de rotatividade, começará o Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Fonseca.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento todas e todos os colegas e endereço um cumprimento muito particular ao Dr. João Weber Gameiro.

Começaria por dizer que, focando-nos no objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito — o exercício da tutela política na gestão da TAP —, colocar-lhe-ei algumas questões para que possa contribuir, apesar do seu percurso relativamente curto na companhia, para estabelecermos, com segurança, um conjunto de factos que são relevantes para apurar a verdade material no quadro das competências desta Comissão.

Começaria, então, por lhe pedir que detalhasse com um pouco mais de pormenor quais as responsabilidades, em concreto, que assegurou e em que períodos.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, conforme referi, iniciei as minhas funções em resultado da assembleia geral eletiva do dia 24 de junho de 2021 e comecei a trabalhar no dia 25 de junho de 2021, uma sexta-feira.

As minhas áreas de responsabilidade eram, como referi, a área financeira, a área de contabilidade e fiscal, a área do planeamento e controlo e, depois, também a parte do orçamento. Do ponto de vista genérico, eram estas as minhas funções.

Conforme referi, foi um período curto, de três meses, mais 15 dias de passagem de pasta, mais 15 dias de funções não-executivas. Como sabe, uma vez apresentada a renúncia, ela só se torna efetiva no último dia do mês seguinte, portanto, ainda continuei como não-executivo até ao final de outubro.

As prioridades que tínhamos na TAP, e que eu tinha, no meu caso concreto, eram... Estávamos na iminência, quando me juntei à TAP, da aprovação de um plano de reestruturação pela Comissão Europeia. Era meu entendimento que essa aprovação estava iminente, aliás, a expectativa era a de que ela teria até coincido com a designação dos órgãos sociais para o período a findar em dezembro de 2024.

Como tal, uma vez esse plano aprovado, as prioridades seriam gerir os passivos financeiros da TAP que, além das dívidas bancárias, incluíam também alguns empréstimos obrigacionistas, um deles com o retalho português, outro sob a lei de Nova Iorque, outros sob lei inglesa, mais um conjunto de *leasings* com opção de compra e outros de aluguer de aeronaves a *leasing* operacional.

Uma parte da renegociação com os *lessors* já tinha sido feita, no âmbito da intervenção que tinha sido já desencadeada, mas era necessário continuar e era, depois, preciso fazer um trabalho de preparação para a empresa voltar a poder financiar a sua dívida.

Em paralelo, haveria que fechar as contas no período findo em 30 de junho de 2021. Havia, no âmbito dos financiamentos, que negociar e obter um conjunto de *wavers* por parte dos credores da TAP. Havia também que executar a solução para a Manutenção e Engenharia no Brasil.

Estas eram, portanto, da minha parte, as minhas principais competências, digamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Antes de voltarmos a olhar para o detalhe, gostaria de explorar um pouco mais o que o Sr. Doutor acabou de partilhar connosco e três ou quatro questões mais genéricas.

Peço-lhe que nos descreva o modelo de gestão adotado pela equipa executiva que integrou e quais as rotinas de funcionamento.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o modelo de gestão era um modelo assente num Conselho de Administração de, recorde, 11 elementos com experiências diversas. Daí emanava uma Comissão Executiva, de acordo com os estatutos da TAP, que era composta por cinco elementos, sendo que cada elemento tinha um conjunto de responsabilidades.

O trabalho era bastante intenso, porque estávamos numa situação de várias frentes importantes de trabalho. Tínhamos reuniões semanais de Comissão Executiva. À parte dessas reuniões semanais trabalhávamos em conjunto, de forma regular, várias vezes ao dia. Partilhávamos todos o mesmo piso, portanto, tínhamos interações diárias e tínhamos também uma grande proximidade com o Conselho de Administração, com quem nos reuníamos.

Enfim, havia já um conjunto de reuniões e sempre que necessário também fazíamos reuniões de Conselho de Administração. Portanto, diria que tudo era normal.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Como era a relação entre os membros da Comissão Executiva e o Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a relação era bastante boa.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Foi-nos relatado que existiria alguma tensão entre alguns dos membros, em particular entre a Eng.<sup>a</sup> Christine Ourmières-Widener e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, que terão assumido, porventura, posições divergentes sobre um conjunto de assuntos por diversas ocasiões. Aliás, ambas o assumiram aqui nos seus depoimentos.

Está em condições de confirmar esta afirmação? Se sim, recorda-se que assuntos teriam sido esses?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Durante o período em que estive na TAP, que foram estes quatro meses, não assisti a nenhuma situação de conflito ou de pré-conflito entre qualquer elemento da Administração e da Comissão Executiva da TAP.

Era natural, porque as matérias eram temas importantes. Repare, estamos num contexto em que, no dia 16 de julho de 2021, a Comissão Europeia deliberou aprovar ou confirmar a aprovação dos 1200 milhões de euros e decidiu um processo de investigação relativamente ao plano de reestruturação para avaliar a compatibilidade com as ajudas de Estado.

Portanto, isso também intensificou mais o trabalho. Tínhamos conversas, reuniões de Comissão Executiva, reuniões sem ser de Comissão Executiva, em que era normal cada um apresentar os seus pontos de vista e, muitas vezes, não concordávamos de imediato. Mas acho que isso é perfeitamente normal e nunca assisti a qualquer... Quer dizer, tivemos

discussões, tivemos momentos tensos, mas não posso dizer que houvesse uma situação de conflito entre qualquer elemento da Administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — No quadro das suas responsabilidades, já partilhou connosco que tinha responsabilidades na área financeira e contabilística, participava no cálculo de indemnizações na área de recursos humanos, portanto, de valores correspondentes a férias não gozadas, a processamento salarial? Tinha algum tipo de responsabilidade nesta matéria? Se sim, qual o procedimento estabelecido internamente para as ordens de pagamento de salários e outras remunerações?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não tive qualquer participação em qualquer cálculo de compensação a qualquer trabalhador ou colaborador da TAP que tenha saído da empresa antes de me juntar ou durante o período em que lá estive.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Na sua audição, o Dr. Gonçalo Pires, que lhe sucedeu como CFO, explicou-nos que a área de recursos humanos tem um orçamento anual que inclui o pagamento de indemnizações. Confirma?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não lhe consigo confirmar. Imagino que sim, mas não consigo confirmar porque foi algo com o qual nunca me confrontei. Portanto, nunca entrei numa situação para saber se havia um orçamento ou não.

Tinha as minhas prioridades, andei muito ocupado com elas e, portanto, nunca chegámos a essa situação. Estávamos numa fase de preparação do orçamento para 2022, estávamos a executar o orçamento para 2021, que era basicamente um espelho do plano de reestruturação que tinha

sido submetido à Comissão Europeia. Nunca houve qualquer situação relativamente a essas matérias.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Recorda-se qual o valor médio mensal do processamento salarial na TAP?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — O Dr. Gonçalo Pires — permita-me retomar o depoimento que fez na CPI — afirmou que quando os recursos humanos emitem ordens de pagamento emitem um ficheiro encriptado para a tesouraria da TAP e que quando a instrução é realizada com cabimento orçamental não existe necessidade de reporte ao CFO. Pode confirmar isto?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, creio que sim, mas, como lhe disse, nunca fui confrontado com essa situação e, portanto, tomo por boa a descrição que lhe foi feita desse processo.

No meu caso, nunca fui confrontado com uma situação de ter de validar qualquer ficheiro ou qualquer montante a processar de salários. Creio que isso fazia parte da rotina instituída na TAP para fazer os pagamentos salariais.

Quando era alguma coisa diferente da rotina, então, aí pediam autorização a elementos da Comissão Executiva.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — O Dr. Gonçalo Pires também afirmou que a tesouraria aprova os pagamentos sempre que os processos que originam despesa têm cabimento e a assinatura de dois dos administradores. Confirma este elemento?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Pode repetir? Peço desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — O Dr. Gonçalo Pires teve ocasião de partilhar connosco precisamente um dos procedimentos instituídos internamente, ou seja, que a tesouraria aprova os pagamentos sempre que os processos que originam despesa têm cabimento, naturalmente, e a assinatura de dois administradores. Pode confirmar-nos este detalhe?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Acho que aqueles que são de rotina não exigem a assinatura. Quando são elementos que saem fora disso, carecem da assinatura dos elementos da Comissão Executiva, dentro da delegação que têm.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Entro agora num outro conjunto de questões. Tinha conhecimento de que aos titulares dos órgãos de Administração da TAP era aplicável o Estatuto do Gestor Público?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Tinha conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Quando teve conhecimento desse facto?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Pelo meu lado, tive conhecimento do Estatuto do Gestor Público antes de integrar os órgãos sociais da TAP. Tive conhecimento disso e também do Decreto-Lei n.º 133, que rege as empresas públicas. Tive conhecimento dele, mas, se me pergunta se o conheço em detalhe, digo-lhe que não o conheço em detalhe, mas sei que eram peças relevantes.

Tinha consciência das responsabilidades que daí advinham, mas na parte processual consultá-los-ia se tivesse alguma dúvida que surgisse e se entendesse que era útil.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Alguma vez houve alguma discussão em torno deste tema na Comissão Executiva?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — De que me recorde, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — De todo o modo, sendo conhecedor, mesmo que em termos gerais, do Estatuto do Gestor Público sabia da necessidade de serem celebrados os contratos de gestão?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sabia das necessidades de serem celebrados contratos de gestão. Eu próprio levantei essa questão quando estávamos a findar o período de três meses, contados a partir de 24 de junho.

De acordo com o Estatuto do Gestor Público, caso não haja um contrato de gestão, há um risco de nulidade. Quando constatei isso, não estava tão preocupado com o tema da nulidade, era mais com a eficácia do que eu assinasse.

Portanto, na altura, perguntei, tive uma conversa, inclusive, com o Presidente do Conselho de Administração da TAP, que também era muito sensível a essas matérias. Ele fez uma consulta e o que me disse foi que várias empresas públicas portuguesas funcionam sem contratos de gestão, ou não têm contratos de gestão. Portanto, enfim, continuei, mas ele foi um elemento importante.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — O facto de não existir contrato de gestão, de alguma forma prejudicou o seu conhecimento e

empenho na concretização dos objetivos da empresa ou esses sempre foram claros para si? Já teve ocasião de partilhar connosco algumas linhas a esse respeito, mas gostaria de o confirmar.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Para mim era importante ter um contrato de gestão, assim como também era importante ter um seguro *Directors and Officers* que a sociedade não tinha ou tinha um diminuto. Já tinha sido mais elevado, mas, por circunstâncias que creio que têm a ver com o que se passou com o setor da aviação, o capital das seguradoras diminuiu e passou a ser muito difícil encontrar no mercado nacional e internacional uma seguradora que estivesse disponível para segurar a TAP.

Isso foi um assunto importante, creio eu, para os vários elementos da Administração e foi, recordo-me, um assunto ao qual o Presidente do Conselho de Administração da TAP deu importância, e ficou, enfim, ele de liderar esse processo de tentar arranjar um mecanismo ou de ver de um seguro *Directors and Officers*, arranjar outra salvaguarda que enquadrasse a responsabilidade dos administradores que, como sabe, de acordo com a lei, têm uma responsabilidade penal, civil e financeira pelas suas decisões e pelos atos que podem tomar. Portanto, isso era, sem dúvida, importante.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Falando agora um pouco da relação entre os órgãos sociais e a tutela, o Dr. João Weber Gameiro, no exercício das suas funções, tinha relação com a tutela acionista da TAP?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Tinha uma relação com o Ministério das Finanças. Nunca necessitei de contactar com o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, e creio que se fosse necessário também conseguiria conversar com ele. Mas o foco do meu diálogo era com o Ministério das Finanças.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Com quem, em concreto, no Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Era com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, Dr. Miguel Cruz, com os elementos do seu gabinete e com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Portanto, existiam canais institucionais de relacionamento com a tutela. Pedia que nos explicasse um bocadinho melhor.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Existiam canais normais de relação.

Como sabe, a TAP era uma empresa que tinha um financiamento da República Portuguesa de 1200 milhões de euros, que, depois, foi transformado em capital, e esse contrato de financiamento tinha um conjunto de provisões em que, num conjunto alargado de temas, tínhamos de solicitar a autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para determinadas decisões.

Portanto, o que eu fazia, como elemento da Comissão Executiva, que a representava, era submeter à autorização, com as nossas considerações e com as nossas recomendações, naturalmente, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Pedia-lhe, então, que detalhasse um pouco mais esse modelo de interação: o tipo de contactos, a periodicidade, o tema ou temas tratados nesse quadro. Enfim, pedia-lhe que

detalhasse um pouco mais em concreto essa interação com o Ministério das Finanças.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Tínhamos de reportar com regularidade um determinado cumprimento de algumas obrigações que resultavam da execução do plano de tesouraria da TAP, de algumas obrigações que resultavam do contrato e de alguns pagamentos que era necessário fazer por parte da TAP, para os quais também necessitávamos de autorização: relativamente à aquisição de aeronaves ou a pagamentos relativos à aquisição de aeronaves, que também estavam sujeitos a autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Enfim, quando se faziam essas coisas, submetíamos e aguardávamos pela autorização. Normalmente, era sempre urgente, mas senti sempre que tive colaboração da parte dos elementos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e da equipa do Ministério.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Portanto, não senti nenhuma dificuldade no relacionamento com a tutela nem com os organismos dependentes?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Quer dizer, são pessoas muito ocupadas, com agendas intensas em várias outras frentes e, portanto, não senti que... acho que cada um estava a fazer o seu trabalho. A disponibilidade, por vezes, não era imediata, ou não era no dia a seguir ou dois dias depois, mas as coisas eram acompanhadas e, quando era necessário, eu telefonava através da DGTF e atendiam-me, diziam-me que estavam a analisar e que iam responder.

Portanto, não senti nenhuma situação de ausência de resposta. Acho que era dentro do que é a disponibilidade de quem tem, também, um conjunto vasto de assuntos a tratar.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — O que significa que também recebia instruções, por parte do Governo, sempre que necessário. Certo?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sim, também recebia instruções, orientações, quando creio que era necessário.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Entrando numa análise um pouco mais fina, em relação ao tema específico do relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em 26 de agosto, segundo foi comunicado à CMVM, a TAP designou-o como representante para as relações com o mercado, em substituição de Alexandra Reis.

Quanto teve a responsabilidade de relação com o mercado, tinha relacionamento direto com a CMVM?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Relativamente à CMVM, do que me recordo da altura — e pedia-vos que tivessem sempre presente que isto é tudo cingido a um período muito curto, de três meses, que eu tive de refrescar na minha memória —, nós tínhamos uma obrigação de reporte à CMVM do desempenho mensal da TAP, que eles acompanhavam; penso que isso foi algo que foi protocolado com eles, porque, como sabe, a TAP tem obrigações emitidas. E tinha, também, o meu telemóvel disponível para quando havia alguma dúvida... Recordo-me, talvez, de uma vez em que me telefonaram com alguma questão de uma equipa da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários.

Fora isso, fazíamos as notificações daqueles eventos que considerávamos matérias relevantes, que era necessário tornar públicas.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — E existia, em particular, algum procedimento interno de validação do conteúdo dos comunicados que eram submetidos à CMVM?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu diria que não existia nenhuma metodologia, se quiser, de *checks and balances* e, portanto, acho que era feito entre... Acho que todas as coisas que foram feitas durante o período de quatro meses em que eu estive foram situações normais, do ponto de vista de reporte, que a mim nunca me levantaram dúvidas.

Portanto, foi informar o mercado quando a Comissão Europeia decidiu passar ao processo de investigação; foi a divulgação das contas do primeiro semestre de 2021; foi... quando chegámos a acordo com os obrigacionistas, em Assembleia de Obrigacionistas, relativamente à não-aplicação do rácio dívida/EBIDTA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) do empréstimo obrigacionista de 200 milhões de euros, que matura agora em junho de 2023. Portanto, tudo matérias normais, que nunca foram muito objeto de discussão e eram preparadas pela equipa, pela área jurídica, pela área financeira e fazia-se o reporte.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — O Sr. Doutor recorda-se quem é que tinha credenciais para submissão de documentos no sistema de difusão de informação da CMVM?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não me recordo... Quer dizer, recordo-me de uma vez, por exemplo, quando a República aceitou estender o financiamento de 1200 milhões de euros — que maturava em 31 de

outubro, salvo erro — até ao final de 2021. Lembro-me de que foi algo que ficámos a terminar até bastante tarde e creio que, depois, quem avançou com a notificação foi através da secretária da Sociedade, a Dr.<sup>a</sup> Ana Malheiro, mas não sei se foi ela que colocou na CMVM a indicação, ou não.

Portanto, presumo que ela as teria. Agora, se me pergunta a lista das pessoas, não lhe sei responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — De todo modo, as credenciais são pessoais; portanto, não são coletivas, não são utilizadas indistintamente pelos membros da equipa. É possível saber quem submete em concreto um determinado documento?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não lhe sei responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Muito obrigada, Sr. Doutor. Entramos no último bloco de questões, se me permite. Enquanto membro da Comissão Executiva para a área financeira e, também, vogal da Comissão de Monitorização dos Auxílios de Estado para o quadriénio 2021-2024, acompanhou a situação financeira da TAP, como já teve ocasião de partilhar connosco. Pode dizer-nos, sinteticamente, qual é a apreciação da situação financeira da companhia, à data, na sua perspetiva?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Era uma situação desafiante, como se costuma dizer, porque todos nos recordamos de que, nessa altura, as receitas eram bastante reduzidas, e a empresa tem uma estrutura de custos fixos relevante: tem de pagar as rendas aos *lessors*, tem de pagar salários, tem de pagar encargos financeiros. Portanto, tínhamos uma determinada tesouraria e todos os meses essa tesouraria diminuía um bocadinho, o que era algo que acompanhávamos com muita atenção.

Depois, tinha um conjunto de financiamentos, ou melhor, tinha financiamento com um conjunto de bancos portugueses que estavam dentro de um *umbrella* — quase que se pode chamar um sindicato bancário. Era um financiamento que vinha da SGPS, mas também envolvia a TAP S.A., que tinha um conjunto de *covenants* de capitais próprios e de rácio de endividamento que estavam incumpridos e que era preciso gerir.

Tinha uma situação de financiamento obrigacionista, que lhe referi, em que conseguimos o *waiver* dos obrigacionistas; tínhamos um financiamento, também, sob a forma de obrigações, de 120 ou 130 milhões de euros, com um conjunto de fundos internacionais que tinham um colateral dos *slots* da TAP em determinados aeroportos, ou num determinado aeroporto. Portanto, era uma situação complexa.

Depois, tínhamos também a situação do Brasil, de uma empresa que tinha sido, de alguma forma, reorganizada, mas, com a situação da covid, a necessidade de serviços de manutenção a nível mundial diminuiu e isso também impactou na atividade do Brasil de forma substancial, com uma estrutura de custos muito pesada. Era necessário aportar fundos, numa base mensal, para cumprir um conjunto de responsabilidades da M&E Brasil (Manutenção e Engenharia Brasil), que, de alguma forma, na interpretação dos especialistas, também poderia ser alargada à TAP SGPS e à TAP SA.

Enfim, acho que, no global, era uma situação complexa, e daí a importância do plano de reestruturação, que permitia uma injeção de fundos importante na TAP para poder ir cumprindo as obrigações.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — No decurso do trabalho desta Comissão, e de acordo com a documentação a que tivemos acesso, percebemos que a TAP apresentava um custo de frota superior a boa parte das congéneres europeias.

Tem conhecimento destes dados? Se sim, na sua perspetiva, o que pode explicar que esse custo fosse superior na TAP?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Nunca fiz esse *benchmark* e, portanto, não lhe sei dizer se os custos são superiores, ou não, aos comparáveis. Escutei isso agora, no âmbito deste processo, mas, pessoalmente, durante os quatro meses em que estive na TAP, nunca fui fazer esse *benchmark* de o que é que custava a frota da TAP por comparação com os *peers*, com as outras companhias de aviação.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Continuando este processo de confirmação de informação, Sr. Doutor, invoco aqui um conjunto de afirmações proferidas, desta vez, pelo Dr. Miguel Frasquilho, que afirmou na sua audição que não haveria, em determinado momento, como sabemos, uma alternativa à intervenção do Governo durante a pandemia e que não se tratou, essa intervenção, de uma opção ideológica, mas sim de uma emergência que permitiu salvar milhares de postos de trabalho; e também afirmou que a contratação de mais um empréstimo não teria sido adequada nesse momento.

Considera que a intervenção do Estado salvou a empresa?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não tenho considerações a fazer sobre essa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Ainda falando da pandemia, para conseguir sobreviver à pandemia e manter-se em funcionamento, a TAP receberá até 3,2 mil milhões de euros do Estado, o que obrigou, como já referiu, à imposição do plano de reestruturação, que,

entre outras coisas, impôs cortes salariais aos trabalhadores e perdas de espaços horários para voos.

Quando saiu da companhia, também já aqui o referiu, ainda não tinha sido aprovado o plano de reestruturação da companhia aérea, mas pergunto-lhe: esteve ativamente envolvido na preparação do plano de reestruturação? Se esteve, quais os seus interlocutores?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — No dia 16 de julho, por decisão da Comissão Europeia, avançou-se para uma fase de investigação do plano de reestruturação, que, segundo me recordo, visava justamente avaliar a compatibilidade do plano com as regras das ajudas de Estado; e deu-se um período de consulta a interessados, que poderiam emitir as suas opiniões. Portanto, foi tornado público aquele plano, àquela data.

Foi divulgado um documento da Comissão Europeia, foi tornado público; depois, salvo erro, houve um mês para os interessados apresentarem as suas indicações, favoráveis ou menos favoráveis; e, em paralelo, houve algumas questões que vieram da parte da Comissão Europeia, que resultavam das reflexões desses interessados, que nós tivemos de... Integrávamos um grupo de trabalho, que era coordenado pela PARPÚBLICA e pelo Ministério das Finanças e que também tinha especialistas jurídicos em relação a um determinado conjunto de questões que a Comissão Europeia nos ia colocando e a que era preciso ir respondendo. E eu fazia parte dessa equipa de trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Continuando no plano de reestruturação, apesar de o mesmo não ter ainda, à data da sua saída, luz verde de Bruxelas, várias medidas tinham sido já implementadas no que diz respeito ao corte de custos.

Sei que já passou algum tempo e que a sua experiência e trajetória na TAP foram curtas, mas permita-me citar dados que, à data, em agosto de 2021, a empresa partilhou, na divulgação dos resultados semestrais junto da CMVM. A empresa, e vou citar, afirma que «os custos operacionais registaram um decréscimo de 303,1 milhões de euros, ou seja, menos 29,2 %, quando comparado com o primeiro semestre de 2020, o que, nas palavras da empresa, seria explicado, maioritariamente, pela redução material num conjunto de rúbricas, designadamente pela redução de custos com pessoal, com um decréscimo na ordem dos 8,6 %.

A empresa também justifica a redução de custos detalhando, nesta rúbrica, com medidas de reestruturação executadas, nomeadamente resultantes da diminuição do quadro de colaboradores, assumindo que, desde 31 de dezembro de 2020, um total de 1302 colaboradores saiu da empresa, o que representaria uma redução de 16 % na força de trabalho; e também refere a negociação de acordos com os sindicatos através dos quais se definiram revisões salariais».

Pergunto: como avalia a pertinência destas medidas? Como foram definidas e implementadas? E de que forma podem ter contribuído para a resiliência da empresa?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Creio que essas medidas já tinham sido tomadas antes do dia 24 de junho, que foi quando a nova Administração assumiu as suas responsabilidades.

No entanto, creio que face à situação que a empresa... A TAP era uma empresa que, em 2019, faturou mais de 3 mil milhões de euros. Em 2020, com o início da pandemia e do *lockdown*, a TAP não voava e, por isso, teve de fazer um ajustamento na sua infraestrutura: um plano de redução de frota e necessariamente, também, um plano de redução de trabalhadores. E fez também negociações com os *lessors*.

Portanto, isto é tudo algo que aconteceu antes de 24 de junho, pela equipa anterior.

Foi feita uma revisão do plano de entrega da nova frota da Airbus, que estava contratada e que foi atrasada, salvo erro, até 2027, ou gradualmente até 2027, e em parte dos pagamentos a *lessors* — portanto, das empresas de *leasing* que fazem os alugueres de aeronaves — também foi feita uma revisão. Com isso, a empresa conseguiu ter uma estrutura de custos mais ligeira, mas, ainda assim, não a impediu de continuar numa situação de consumo de tesouraria mensal importante e com cargos superiores às receitas da empresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Olhando para a fita do tempo, vemos que apresentou a sua renúncia ao cargo de administrador financeiro depois de a companhia apresentar os resultados do primeiro semestre de 2021.

Pode partilhar connosco quais os procedimentos da companhia para a divulgação periódica dos seus resultados e, nomeadamente, se...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Dos resultados ou da minha renúncia?

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Não, não, dos resultados. A divulgação de resultados da companhia.

Pergunto quais os procedimentos para a divulgação periódica dos resultados da companhia e, nomeadamente, se interagiu com a tutela nesse âmbito.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Para apresentarmos os resultados, tivemos um conjunto... Trabalhámos com os auditores da TAP, que nos

ajudaram na elaboração das contas do período findo em 30 de junho de 2021. De acordo com as práticas na TAP, o protocolo passava também por um comité de finanças, que, digamos, dava um parecer favorável, ou não, às contas e, posteriormente, elas eram aprovadas em Conselho de Administração; após isso, uma vez fechadas, apresentámos as contas, divulgámos as contas ao mercado, à CMVM.

Estou a falar das da TAP S.A. As da TAP SGPS, não, porque era uma empresa que não tem de divulgar as contas ao mercado.

Portanto, foi este o procedimento que efetuámos e, de acordo com as pessoas com quem trabalhei, era a prática de divulgação.

Anteriormente, em agosto, tínhamos feito uma apresentação de contas, uma apresentação ao mercado. Era uma apresentação, ainda, de números preliminares, sujeitos à revisão dos auditores, e isto aconteceu, salvo erro, no dia 27 de agosto de 2021, dia em que fizemos uma apresentação das contas do primeiro semestre, mas sujeitas à auditoria — porque a TAP tem um financiamento em lei de Nova Iorque e era obrigatório apresentar as contas até um determinado número de dias após o final do período a que elas se reportavam.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Muito obrigada, Sr. Doutor, e agradeço-lhe, desde já, porque vou entrar na última questão, para lhe pedir apenas um último pedido de reflexão.

Atenta a sua experiência e conhecimento da companhia, como vê os resultados apresentados pela TAP em 2022 e, também, os resultados do primeiro trimestre de 2023, que já foram apresentados?

Gostaria de ter a sua opinião e algumas considerações sobre estes dois aspetos.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Quer dizer, eu não conheço os números em detalhe... Acho que são resultados em que a TAP beneficiou bastante do trabalho feito, mas também da retoma do setor, face ao que estava no plano de reestruturação, pelo menos aquele que eu ainda conheci e que acompanhava uma determinada curva IATA (International Air Transport Association) de projeções de recuperação de tráfego — a ideia era de que o tráfego só voltaria aos níveis de 2019 daqui a um par de anos e, hoje, sabemos que a recuperação de tráfego foi muito mais rápida.

Portanto, isso beneficiou bastante o desempenho e os resultados da TAP, mas também, naturalmente, a estrutura de custos da TAP. Eu creio — mas, enfim, já não me compete — que ainda há um conjunto de trabalhos que estão em curso para estabilizar a empresa e para assegurar a sua sustentabilidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o Dr. João Gameiro.

Na sua intervenção inicial disse-nos que foi eleito em assembleia geral, e a primeira pergunta que gostava de lhe colocar é esta: como é que surgiu a oportunidade de integrar a equipa executiva da TAP? Quem é que o convidou? Como é que surge esse contexto da assembleia geral?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu integrei a TAP por convite do Ministério das Finanças, do Secretário de Estado do Tesouro, o Dr. Miguel Cruz, e, uns tempos antes, tinha tido uma abordagem da parte da PARPÚBLICA.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Poderia desenvolver um bocadinho mais essa abordagem que referiu?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu tive uma abordagem, da parte da PARPÚBLICA, em maio, em que me perguntaram se estaria disponível, e eu disse: «Estou disponível para conversar, para entender o projeto.»

Disseram-me que sobre isso, depois, oportunamente, falaríamos; naquele momento, do que precisavam era de saber se eu estava disponível para partilhar o meu currículo, e eu disse que estava, mas sujeito a, depois, entender melhor o projeto.

E depois, em junho, recebi uma abordagem do Dr. Miguel Cruz, que me explicou as prioridades para a TAP e o que é que esperava do meu desempenho. A minha decisão teria de ser rápida e, portanto, durante uns dias, fiz alguma reflexão — poucos dias, enfim, aquelas reflexões naturais — e depois resolvi aceitar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o Ministério das Infraestruturas teve algum papel nesse convite, nesse processo?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Tanto quanto eu saiba, na parte que me é visível, a mim, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Referiu, na sua intervenção inicial, que foi eleito em assembleia geral, mas que não tinha contrato. Fez essa observação específica porquê?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Porque foi uma das razões pelas quais renunciei. Foi, vamos ver,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O facto de não ter contrato de gestão?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — A empresa tem este quadro, que acabei de descrever, *ok*? Além disso, tínhamos também as situações da relação da TAP S.A. com a TAP SGPS, em que a TAP S.A. passou a ser detida em 8 % pela TAP SGPS; a necessidade de aportar fundos ao Brasil; o endividamento; os incumprimentos técnicos dos contratos de financiamento.

Portanto, era uma situação difícil do ponto de vista financeiro, mas, também, exigente do ponto de vista contratual e da lei, e eu entendi... Todos nós entendemos, na altura, que tínhamos uma insuficiência, uma lacuna grande, que era a ausência do seguro *Directors and Officers*, que acho que já aqui foi falado. Não tenho muito conhecimento, mas penso que todas as empresas de grande dimensão, incluindo em Portugal, têm um seguro *Directors and Officers*, e sendo a TAP uma empresa com uma faturação de mais de 3 mil milhões de euros, em 2019, com uma frota de 100 aeronaves, com 9000 trabalhadores, com mais de 2 mil milhões de euros de responsabilidades com financiamentos de frota, com passivos bancários, eu achei que era fundamental ter um seguro.

Não é que o seguro nos permita ser negligentes, mas é uma proteção no caso de haver encargos que daí derivam, com proteção.

Não havendo o seguro... Eu não estive nas diligências para perceber se era o seguro, ou não. O que sabia, das consultas internas que fazia, era que não era possível aumentar o capital do seguro, que estava muito diminuído. Então, era fundamental ter um contrato de gestão e, tentar-se, por via do contrato, salvaguardar os administradores.

Sei que o Presidente do Conselho de Administração estaria a tomar iniciativas nessa medida, mas chegou uma altura em que entendi que isso não ia acontecer, não era prática. Portanto, percebi que havia uma desconformidade entre a minha forma de ver, a minha consciência

relativamente àquelas responsabilidades, e o que eu poderia ter; daí eu o ter referido, achei que foi um elemento importante na decisão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem conhecimento do comunicado que, então, o Ministério das Finanças e o Ministério das Infraestruturas emitiram a propósito da sua saída da TAP?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sim, tenho conhecimento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Consegue dizer-nos quais foram os motivos invocados para a sua saída, nesse comunicado?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Os motivos... Eu renunciei, e, portanto... O que está escrito nesse comunicado do Ministério, do Governo, é que eu saía por motivos pessoais e, de facto, quer dizer, se entendermos que esta minha decisão foi, na lógica do Governo, uma decisão pessoal de saída... Ninguém me pediu para sair.

Mas, como lhe digo, esse comunicado não é meu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu sei, eu sei. Só estou a tentar precisar, exatamente, o que é que foi comunicado publicamente.

Esse comunicado referia razões pessoais e familiares, ou eram apenas razões pessoais?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Peço desculpa...?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Esse comunicado mencionava razões pessoais e familiares, ou apenas razões pessoais, para a sua saída?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Esse comunicado referia motivos pessoais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E os motivos familiares não estão também nesse comunicado?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não. Que me recorde, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E entende que a sua justificação... Ou seja: não tinha contrato de gestão; os atos que praticasse, a partir de determinado momento, podiam ser considerados inválidos; não tinham um seguro *Directors and Officers* — foi o PSD, aliás, que trouxe aqui, pela primeira vez, esta questão, fomos nós que a levantámos nesta Comissão.

Portanto, não lhe foram dadas condições suficientes para poder atuar, no exercício das suas funções, numa das empresas que tem as responsabilidades que tem.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, na minha apreciação e na minha consciência, para mim, eram importantes; para os restantes elementos da Administração não foram condições suficientes para fazerem a mesma coisa. Portanto, é algo que tem a ver comigo e com a minha decisão.

Na minha avaliação, sim, era importante ter.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quando foi convidado, abordou esses temas? Ou seja, prometeram-lhe determinadas condições para o exercício das suas funções?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não abordaram e eu também não perguntei. Se calhar, foi uma falha minha, de diligência, mas parti do princípio que, por defeito, haveria.

E havia, só que diminuiu! Quando começou o processo da pandemia, o seguro diminuiu, mas eu não perguntei.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tanto quanto sei, ou julgo saber, o seguro *Directors and Officers* da TAP, em Portugal, é, provavelmente, o maior seguro *Directors and Officers* que existe em Portugal, precisamente por causa das responsabilidades inerentes às aeronaves.

Portanto, não há nenhuma empresa em Portugal com uma responsabilidade que, caso se materialize, seja tão significativa. E o seu custo, a partir do momento em que passou a existir, aumentou também significativamente, por causa da forma como a TAP foi evoluindo.

Mas é surpreendente que a sua saída seja comunicada publicamente como sendo pessoal e imprevisível. Ela não é suficientemente clara sobre as verdadeiras razões que justificam a sua saída. Concorda com esta afirmação, à luz do que aconteceu na altura? Ou não?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não tenho opinião.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nós tiramos as nossas...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Respeito quem o fez. Para o Governo foi imprevisível, e respeito a avaliação do Governo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu respeito a sua resposta, naturalmente, e não deixo de registar — não relativamente a si, mas à forma como o Governo veio comunicando publicamente determinados atos,

inclusive nas comunicações que fez à CMVM — que o Governo nem sempre se pautou pela correção ou pela transparência da informação que foi dando. E esta informação era relevante.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, desculpe. A comunicação que é feita à CMVM no âmbito da saída de João Gameiro é a que corresponde ao que foi uma renúncia do administrador João Gameiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não me referia à sua. Referia-me à outra que foi badalada já publicamente.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Ah, está bem, desculpe.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, foi por renúncia, disso não há dúvidas. Mas a explicação do motivo — razões pessoais e imprevisíveis — é que não é suficientemente clara, porque tem a ver com as condições...

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Nas razões que estou aqui a comentar hoje não há nenhuma correspondência minha e na minha carta de renúncia apresentada ao Presidente do Conselho de Administração é uma simples renúncia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, nunca invocou motivos pessoais e imprevisíveis.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Renunciada, renunciada.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Alguém lhe pediu para explicar, telefonicamente ou de outra forma, informalmente, as razões pelas quais saía, ou não?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Tive algumas conversas com várias pessoas em que fui manifestando o meu desconforto com a situação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode sinalizar-nos conversas e com quem é que falou?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Tive conversas com o Ministério das Finanças e com o Secretário de Estado. Tive conversas com a PARPÚBLICA.

Falei uma vez ou duas sobre isso, uma vez com a PARPÚBLICA relativamente ao seguro *Directors and Officers*. Mas, a partir de um momento, decidimos que era um trabalho que devíamos fazer de forma coordenada e ficou o Presidente do Conselho de Administração com essa, digamos, iniciativa relativamente ao seguro *Directors and Officers*. Portanto, a partir daí, tinha muitas coisas com que trabalhar e me preocupar e não continuei a falar mais sobre isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O comunicado do Governo, a propósito da sua renúncia, dizia que «o Ministério das Finanças e o Ministério das Infraestruturas e da Habitação informam que João Weber Gameiro apresentou ontem a renúncia ao cargo de administração financeira da TAP. Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, a renúncia ao cargo implicará a sua saída da empresa até 31 de outubro, lamentando que, por motivos pessoais e imprevisíveis, a colaboração na gestão da TAP tenha sido interrompida. O Ministro de Estado e das Finanças, João Leão, e o

Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, agradecem o trabalho desenvolvido por João Weber Gameiro. O Governo já iniciou, entretanto, o processo para selecionar um novo administrador financeiro para a TAP, por forma a concluir o atual mandato. Até lá, a função do administrador financeiro será assegurada com natureza interina por Gonçalo Monteiro Pires, membro do Conselho de Administração».

Foi isto que o Governo divulgou ao mercado, publicamente, e, como vemos, não corresponde exatamente àquilo que fundamenta a sua renúncia, porque a renúncia nem sequer diz que são motivos pessoais e imprevisíveis e, portanto, há a tentativa de imputação dos motivos da saída a razões que não invocou para a sua renúncia. Fê-lo no exercício da sua liberdade e nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

É um padrão que o Governo nos vai mostrando sobre a forma como é transparente ou não. Neste caso, há uma falta de transparência relativamente às informações que vai prestando aos contribuintes, que depois têm de injetar 3,2 mil milhões de euros na TAP. É isto que nós constatamos.

Sobre o exercício das suas funções, também, podia explicar-nos um bocadinho melhor como é que estava organizada a delegação de competências na Comissão Executiva, ou seja, quem é que tinha poderes para fazer o quê?

**O Sr. João Weber Gameiro:** — Portanto, de acordo com os estatutos, os poderes são do Conselho de Administração. Depois, há um conjunto de poderes ou de capacidades que são delegadas na Comissão Executiva. Estamos a falar da TAP, S.A. Na TAP SGPS não havia essa figura, não havia essa delegação, mas na TAP, S.A. havia uma delegação de competências e de capacidades na Comissão Executiva. Portanto, a Comissão Executiva tomava decisões dentro desse leque de competências. Determinadas matérias

eram levadas ao Conselho de Administração e decididas no Conselho de Administração.

Dentro da composição da Comissão Executiva havia uma distribuição de pelouros pelos cinco elementos da Comissão Executiva.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Há uma operação que é autorizada em Comissão Executiva, em 4 de agosto de 2021, que se prende com a aquisição por dois anos de copos de papel, que custavam 625 000 €. Esta operação é decidida em Comissão Executiva. Porque é que esta operação foi levada à Comissão Executiva?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Não me recordo. Não estou a dizer que não esteja aí e que não tenha sido levada à Comissão Executiva, mas, se me pede para comentar em concreto o detalhe dessa operação de aquisição de 625 000 €, que é o que refere e que está assinada por mim, provavelmente, porque participei em todas as comissões executivas, não me recordo dos detalhes.

Mas o que também lhe quero dizer é que todo o processo de compras era um processo... ou seja, essas compras eram objeto de um processo liderado por uma direção de compras da TAP. Creio que todas as análises, a comparação com outras opções que pudesse haver, eram feitas, sendo que estou em crer que isso, quando foi... Estou em crer no sentido de que se chegou aí é porque era a melhor opção para esse momento. Mas estou a, digamos, dar o contexto. Mas não sei se 625 000 € é muito ou pouco. Dito assim, parece, mas estou a imaginar que há um trabalho por trás. Estou seguro de que há um trabalho por trás relativamente a isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, antes de contar o tempo, será que me autoriza que exiba a ata da Comissão Executiva ao Dr. João Gameiro?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

*Neste momento, o Deputado do PSD Hugo Carneiro do PSD entregou uma ata ao depoente.*

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Com a ata talvez seja mais fácil recordar a operação.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sim, sim, sim, eu acredito que sim.

O Sr. **Presidente**: — Tranquilo, Sr. Doutor, vamos dar-lhe o tempo que for necessário.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Oiça, é justamente o que disse e o que está aqui, portanto, que foi aprovada uma aquisição, por 2 anos, por 625 000 €, para o fornecimento de copos de papel. Será que são só copos de papel? Não sei, pelo menos é o que está aqui escrito. Haveria que averiguar.

Também diz aqui que isto foi contrastado com outras opções de compra, portanto, quero crer que foi uma decisão contrastada e validada.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Porque é que uma operação de 625 000 € haveria de ir à Comissão Executiva?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Porque é que haveria de ir? Não estou a entender a questão. Por alternativa a que opção?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eventualmente, a alternativa poderia ser um ou mais administradores terem poderes sozinhos para aprovar e avançar com essa operação, ou haver uma instrução específica, no âmbito da delegação de competências que exista na Comissão Executiva, para que isso seja decidido em Comissão e não autonomamente pelos administradores.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Não me recordo já de como era a delegação de competências, mas pelo menos tanto quanto era a minha prática — e creio que também dos outros elementos da Comissão Executiva —, a prática era levar à Comissão Executiva. Até se eventualmente fosse algo objeto de uma delegação pessoal ou de dois administradores, ainda assim, muitas vezes era levado à Comissão Executiva, justamente para ficar documentado e ser discutido.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, podemos dizer que é uma boa prática de transparência e até do exercício das competências de cada um que muitas destas operações, quando têm um valor material, possam ser aprovadas em Comissão Executiva.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Repare, uma das coisas que a TAP tinha também era um processo de delegações, de circuitos e de aprovações que acho que teria de ser aprofundado e melhorado. As decisões estavam muito concentradas no Conselho de Administração e na Comissão Executiva. Acho que os diretores não assinavam nada, tudo tinha de ser levado aos administradores. Era uma das coisas que eu até comentava que devíamos implementar e rever o plano de delegações, mas sempre com uma situação de contraste, quer dizer, que quem assinasse fosse alguém que

liderasse aquela área ou que tivesse aquela responsabilidade e outro que não tivesse nada a ver, justamente para fazer um *check and balance*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A autorização bancária do pagamento de salários, da massa salarial, era feita por quem?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Conforme tive há bocadinho a oportunidade de referir, nunca fiz qualquer autorização de pagamento de massa salarial, portanto, quero crer que estava nas rotinas dos pagamentos, dentro do que eram os salários das pessoas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quem é que autorizava os pagamentos?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Creio que era a Direção de Recursos Humanos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, nesse caso, a Direção de Recursos Humanos tinha uma delegação específica para esse efeito?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Não posso concluir isso, estou a admitir que sim. É um assunto sobre o qual nunca me debrucei.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Acompanhava a evolução? Tinha algum *tableau de bord* para acompanhar a evolução dos custos mensais da empresa ou nem por isso?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sim, nós acompanhávamos a tesouraria diariamente.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Conseguia identificar variações significativas em determinadas rubricas dos gastos, de um mês para o outro?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Não, não entrava nesse detalhe, mas acompanhávamos a evolução da tesouraria. Aliás, a evolução da tesouraria da empresa era uma das matérias relativamente às quais o Governo queria também acompanhar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas ainda que não o fizesse por si, tinha alguém que o ajudasse a fazer isso? Que analisasse mensalmente a variação das rubricas de gastos?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que não tinha. Deixe-me dizer-lhe que a TAP, como já falámos aqui, foi objeto de uma redução substancial de equipas: se me recordo, mais de 2000 colaboradores, muitos ligados à parte do transporte, mas também pessoas da área dos escritórios. A TAP teve um processo também de saídas voluntárias, por oferta, e depois, finalmente, teve um despedimento que, se me recordo, até acabou por ser de poucas pessoas. Mas, no âmbito desse processo, saíram muitas pessoas da TAP e as equipas estavam muito diminuídas.

Eu tinha as três áreas que lhe referi e, nessas três áreas, havia falhas importantes de pessoas. Inclusive, depois de eu ter chegado, ainda continuaram a sair pessoas. Houve pessoas, enfim, com potencial grande, bons profissionais, com opções de carreira fora da TAP, que optaram por sair face à incerteza do setor, face à incerteza da empresa. Isto significa que nós vivíamos um período de grande falta de equipas. Por exemplo, e isto não tem a ver com uma pessoa que tivesse saído, mas posso dizer-lhe que tínhamos a Diretora de Contabilidade de licença de maternidade — o que é uma coisa

boa —, portanto, o fecho das contas teve de ser feito pelos diretores da área de Planeamento e Controlo e da área de Finanças, em conjunto comigo.

Vivia-se uma situação de urgência permanente. Portanto, esses trabalhos que refere, sem dúvida que são muito importantes, mas nós estávamos ainda a tratar do urgente e não do importante. Por isso, o que refere — o *benchmark*, a estrutura de custos, aquilo de que falámos há bocadinho, a comparação do custo das frotas, etc. —, eu não tinha chegado ainda aí.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas, então, podemos dizer que houve cortes cegos em determinados recursos?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Não, não acho que tenha havido cortes cegos. Eu acho que o natural em todos estes processos é que na forma como são montados, como em qualquer empresa quando há um processo de redução, saem pessoas que depois fazem falta também à organização. Seguramente que se vão arranjar outras pessoas e que se arranjam outras pessoas, mas demora tempo, não?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas nós podemos fazer verdadeiramente essa distinção entre o que é urgente e o que é importante quando estamos a falar do controlo de gastos da empresa? Será que isso também não é urgente, uma vez que isso tem implicações, desde logo, nos objetivos que se pretendem alcançar com a reestruturação?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, seguramente que é muito importante, e não estou a retirar, em nenhum caso, a importância e o cuidado que se deve ter nos custos.

Mas, repare, nós estávamos numa situação em que a principal preocupação era evitar um incumprimento no financiamento. Um incumprimento no financiamento é uma situação extremamente grave, porque, para além de provocar o vencimento antecipado daquele financiamento por efeitos de *cross-default*, pode implicar o incumprimento e o vencimento antecipado de um conjunto de outros financiamentos.

Repare, nós tínhamos financiamentos em lei inglesa, em lei de Nova Iorque. Nós tínhamos um plano de reestruturação em análise pela Comissão Europeia. Não queríamos ter nenhum incidente.

Seguramente, o que diz é muito importante, mas não consegui chegar aí. Tínhamos um conjunto de projetos. Para além do que eram estas tarefas, havia um conjunto de projetos, até por iniciativa da CEO, de transformação da TAP, de melhoria, com vários *workstreams*, e a parte da estrutura de custos e da otimização de custos era um deles. Seguramente que se iria chegar a esse momento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não estou a criticar o seu trabalho, que sei até que teve pouco tempo. Estou a tentar perceber o contexto.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Também não achei que estivesse a criticar. Eu é que quero enquadrar bem a situação, porque acho que é muito importante situarmo-nos no espaço e no tempo. É muito fácil agora estarmos aqui a avaliar determinadas coisas. Não estou a dizer que seja fácil, mas é diferente do que estar no dia a dia da TAP. Aquilo era uma empresa que praticamente trabalhava 24 horas por dia neste tipo de situações.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A questão dos 625 000 € dos copos de papel é *sui generis*, porque, passado uns tempos, já lá não estava, houve um pagamento de 500 000 €, que é um valor que até é ligeiramente inferior,

mas muito próximo desse, portanto tem alguma materialidade também. Depois, constatamos que muitos administradores também não sabiam de nada. Portanto, esse pagamento, dos copos, foi à Comissão Executiva; o pagamento de indemnização não foi. Aquilo que nos parece é que o tratamento que é dado a cada uma das situações é distinto ao longo do tempo.

Deixe-me também fazer-lhe a seguinte pergunta na relação com o Ministério das Finanças. O Dr. Manuel Beja, a determinada altura, envia uma mensagem — não tem conhecimento dela, mas vou-lho dar —, em 23 de julho de 2021, quando já estava na empresa, dizendo: «Ajude-nos, por favor, a mover as Finanças.» E depois, em 29 de setembro de 2021,...

**O Sr. João Weber Gameiro:** — Sr. Deputado, peço desculpa, estava a ler a mensagem do Dr. Manuel Beja e ele diz: «Ajude-nos...»

**O Sr. Hugo Carneiro (PSD):** — «Ajude-nos, por favor, a mover...»

**O Sr. João Weber Gameiro:** — Mas é uma mensagem dirigida...

**O Sr. Hugo Carneiro (PSD):** — Portanto, de Manuel Beja para Hugo Mendes.

**O Sr. João Weber Gameiro:** — Ah, ao Secretário de Estado Hugo Mendes.

**O Sr. Hugo Carneiro (PSD):** — Ao Secretário de Estado Hugo Mendes. Pois, faltava essa parte. Depois, a Pedro Nuno Santos, em 29 de setembro de 2021: «Foco no João Leão, agora, para comunicarmos bem e minimizar danos. Que haja fumo branco depressa.»

Que dificuldades é que sentiu na sua relação com o Ministério das Finanças?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Eu não tive dificuldades de relação com o Ministério das Finanças.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então como é que Manuel Beja sentia estas dificuldades?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Terá de lhe perguntar, a ele. Acho que a minha relação com o Ministério das Finanças era uma relação que diria normal, dentro de um quadro de alguém que está com vários outros dossiês em mãos e que não me responde em 24 horas. Mas, nos dossiês em concreto de que tive de tratar com o Ministério das Finanças — o Brasil, algum tema de frota, o tema da Groundforce, tudo —, se não conseguia falar com o secretário de Estado, falava com a DGTF ou com alguém da DGTF ou com alguém do gabinete. Portanto, na parte que me corresponde, se calhar não me respondiam quando eu gostaria, e tinha de insistir. Se calhar, insistia uma e duas vezes, mas não posso dizer que não tinha atenção da parte do Ministério das Finanças relativamente aos temas da TAP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Só para precisar, uma coisa é obter atenção ou conseguir falar, outra coisa é ver os problemas resolvidos. Fazendo esta diferenciação, mantém a sua resposta?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sim, mas repare, não sei qual é o problema a que o Dr. Manuel Beja se refere aí. Terá de lhe perguntar, a ele, em concreto. Nas situações que tive, que tinham a ver com as matérias que já referi, fomos conseguindo resolvê-las. Muitas vezes não se resolviam logo

como eu queria ou era necessário dar informação adicional, mas iam-se resolvendo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sobre a operação do Brasil, o que é que nos pode dizer sobre esse negócio? Era um bom negócio para a TAP?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — A minha análise da operação do Brasil é circunscrita a um determinado período e a uma determinada situação. Quando tomamos conhecimento do dossiê Brasil, o que é que temos no Brasil? Temos uma empresa com um conjunto de contingências elevado, com trabalhadores e com impostos; temos uma empresa com dificuldade em assegurar receitas, porque estamos num ambiente de quebra do negócio de aviação comercial e, portanto, as necessidades de manutenção são menores. Estamos também numa fase em que a TAP, no âmbito do seu processo de redução de custos, centrou a manutenção das aeronaves em Lisboa. Alguma manutenção que era feita no Brasil deixou de ser feita e, portanto, isso também impactou nas receitas. Estamos a falar de uma empresa com um contingente de trabalhadores bastante significativo. Estamos a falar de uma empresa em que a TAP era responsável por alguns passivos, responsabilidades ou contratos assumidos pela M&E Brasil, nomeadamente o contrato de seguro, salvo erro o contrato de aluguer do espaço onde a manutenção do Brasil opera no Rio de Janeiro. E estamos a falar também de uma empresa que desempenha uma função muito importante e de grande responsabilidade, que é a manutenção de aeronaves. Não é necessário explicar a responsabilidade que isso tem e, qualquer incidência que aí acontecesse, o que é que isso poderia implicar na reputação da TAP. Estamos a falar de uma empresa que todos os meses necessitava de apoios de tesouraria e que, no âmbito do plano de estruturação, como sabem, era para liquidar.

O processo de gestão do dossiê Brasil era muito complexo porque, se me recordo, havia vários cenários. Um era uma venda. O outro era não venda de ações, uma venda de ativos, uma reorganização judicial. Ou então tínhamos outra, que foi a que a Administração acabou por seguir, que foi o fecho.

Nenhuma destas abordagens era isenta de problemas e suscetível de não impactar na TAP, SGPS e na TAP, S.A. Em primeiro lugar, ao abrigo da lei brasileira ou dos tribunais brasileiros, tanto quanto foram as opiniões jurídicas dos assessores da TAP, o escritório de advogados Pinheiro Neto, elas funcionam com um conceito de grupo. Portanto, não é claro ou não é seguro que, numa responsabilidade da M&E Brasil perante terceiros, a TAP, SGPS e a TAP, S.A. não possam ser também envolvidas e responsabilizadas, quer com bloqueio de contas, quer com bloqueio de aeronaves.

Além disso, se vendesse a sociedade, vendia as ações. Seria necessário arranjar um comprador que também assumisse as responsabilidades e as *liabilities*, as contingências que a empresa tinha, e era preciso arranjar um comprador forte para isso, alguém que nos desse a garantia de que assumiria essas responsabilidades e, no caso de as incumprir, que a TAP não fosse chamada a honrá-las. Estamos a falar num entorno em que a procura, por parte de investidores, para este tipo de atividades, é inexistente ou era inexistente. A venda de ativos, em vez da venda de ações, também não afastava esse risco.

E tínhamos também a reorganização judicial, que é um processo de negociação com credores, feito em tribunal. É um processo muito longo, que pode demorar... Não há muitos precedentes no Brasil, segundo consegui apurar na altura, e pode demorar muitos meses. O que aconteceria? Aconteceria que, durante esse período, a TAP iria ter de continuar a injetar dinheiro no Brasil.

Ora, a empresa dona da M&E Brasil não é a TAP, S.A., é a TAP SGPS. A TAP SGPS, naquele momento, só tem 8 % da TAP, S.A. Isto era uma dificuldade acrescida, enfim, sob diversas perspectivas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Podemos concluir, então, precisando, que a TAP, S.A. financiava a TAP SGPS e a TAP SGPS financiava a operação no Brasil.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — A TAP, S.A., que era quem gerava *cashflow*, providenciava os fundos à TAP SGPS, e a TAP SGPS assegurava a tesouraria da M&E Brasil.

Devo dizer que, no âmbito do plano de reestruturação, isto estava previsto. Havia um reconhecimento de que até resolver o problema do Brasil era necessário continuar a aportar fundos.

Mas tenho de ter uma visibilidade de se isso vai resolver o problema, se, de facto, é a melhor solução. Depois, independentemente disso, eu não sou jurista, mas há aqui questões também importantes que têm a ver com... Eu, TAP, S.A., sou uma empresa com uma situação líquida negativa, sou uma empresa com uma situação financeira de que já falámos e, portanto, tenho de ter muita prudência na entrega de dinheiros a uma TAP SGPS que tem 8 % do meu capital. Portanto, já nem existe a figura da situação de grupo ou de domínio.

E também é importante ver como é que isso impactava nos financiamentos que a própria TAP, S.A. tinha. Era uma situação muito complexa, e eu, já não estando na TAP, quero crer — mas é meramente uma convicção — que a decisão de fechar o Brasil foi correta.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Governo sugeriu, de alguma forma, continuar a apoiar-se a operação no Brasil, ou foi uma decisão exclusivamente tomada pela Comissão Executiva?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Não, o Governo queria que se resolvesse a situação do Brasil, e era uma situação que preocupava muito o Governo, daí todo o escrutínio. De cada vez que tínhamos de fazer uma transferência para o Brasil, ela era escrutinada e tínhamos de fazer ponto de situação das iniciativas que estávamos a tomar relativamente ao Brasil.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso aconteceu com a operação?

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Acho é que depois, a Comissão Executiva, face às opções que tinha e face ao que recolheu dos especialistas jurídicos e também de outros assessores — e devo dizer que, acho eu, não estamos aqui confrontados com nenhuma solução que seja perfeita —, avaliando, entendeu que a melhor opção, não digo a perfeita, seria liquidar a operação do Brasil. A Comissão Executiva, neste caso, ou a TAP, não foi o Governo. Enfim, imagino que tenha sido em concordância com o Governo, mas eu já lá não estava.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Entretanto, ainda aprovaram, em agosto de 2021, a injeção de 1,2 milhões de dólares da TAP, S.A. para a TAP SGPS, para depois enviar para o Brasil.

O Sr. **João Weber Gameiro**: — Sim, sim, fizemos aprovações de vários montantes dessa natureza ao longo dos meses em que eu estive na TAP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Chegou a conhecer a CEO da TAP Brasil?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não a conheci pessoalmente. Trocávamos *e-mails*, mas nunca a conheci pessoalmente. Sei que ela esteve uma vez em Lisboa, mas não cheguei a estar com ela.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, Gláucia Loureiro. É essa a pessoa de que estamos a falar?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Pode repetir o nome, por favor?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gláucia...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Gláucia, exatamente. Pedi-lhe para repetir porque estava com medo de dizer «Gláuzia».

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Há uns dias, enganei-me e chamei Cláudia Loureiro, quando é Gláucia. Faço essa correção.

Lacerda Machado disse aqui, no Parlamento, que o Brasil tinha sido das melhores operações que tinha acontecido à TAP, ao ponto de ter gerado muita faturação para a TAP e que até beneficiou os contribuintes portugueses. Podemos concluir isso?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não tenho conhecimento suficiente do dossiê TAP e dos fundamentos da operação da M&E Brasil para me pronunciar sobre isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — No seu período?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — No meu período, não. O meu período é aquele que conhecem: uma empresa deficitária com necessidade de tesouraria. Mas por uma empresa ter um défice durante um determinado período não se pode concluir que passa a ser um negócio mau.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor. Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, a si e aos Srs. Deputados, tal como ao Dr. João Gameiro.

Sr. Doutor, gostava de começar por lhe perguntar quem é que lhe fez o convite para a TAP e o que é que lhe foi pedido para fazer lá. É do conhecimento público que o Sr. Doutor tem uma carreira como gestor, principalmente na área da banca, com um currículo bastante extenso. Nesse sentido, terá sido chamado para encabeçar umas das mais importantes funções na empresa...

*Neste momento, houve um corte de energia elétrica.*

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Bom, penso que já estamos em condições de retomar a audição.

Não tendo tido intervenção nesta falha, de qualquer forma, pedimos desculpa.

Tem a palavra, para dar continuidade à sua intervenção, o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, depois da tentativa de boicote falhada ao Chega, vou prosseguir com a inquirição.

Como estava a dizer, Sr. Dr. João Gameiro, um gestor com créditos firmados na área financeira portuguesa foi contratado para a TAP com um determinado objetivo. A minha primeira questão é esta: qual foi o objetivo pedido aquando do convite que lhe foi feito? Quem é que lhe fez esse convite?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, quem me fez o convite foi o Sr. Secretário de Estado do Tesouro da altura, o Dr. Miguel Cruz. O que partilhou comigo é que as prioridades seriam as seguintes, não por esta ordem, mas genericamente são estas: execução do plano de reestruturação, ou implementação do plano de reestruturação; preparação da empresa para refinar a dívida atual, porque a dívida ia vencendo e havia dívida em mercado de capitais; negociação com *lessors*; eventual preparação da empresa para uma possível privatização.

Face a estes objetivos e tendo em conta o meu perfil com experiência na área de financiamento, mercado de capitais e de assessoria em operações de aquisição e venda de empresas, além de ser estimulante achei que tinha as condições para desempenhar esta missão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Terei percebido bem, um dos objetivos que lhe foi proposto foi o de preparar a empresa para uma possível privatização?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — O que lhe referi foi preparar a empresa para uma eventual privatização, caso essa viesse a ser uma decisão futura. Não havia nada decidido naquela altura, nem poderia haver, creio eu.

Se ocorresse, era um projeto no qual o CFO também estaria envolvido. Mas não resulta daqui que era uma decisão tomada ou que era uma inclinação — «olhe, é um cenário que pode acontecer, ou não, e precisamos de uma pessoa que também tenha o perfil para».

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Naturalmente, percebo. E percebo a resposta do Sr. Doutor, que agradeço.

Não sei se o Sr. Doutor tinha por hábito acompanhar as notícias políticas à data, mas o que se ouvia falar, principalmente do Ministro das Infraestruturas à data, Pedro Nuno Santos, e do Primeiro-Ministro, António Costa, é que a TAP era um ativo inalienável. Portanto, jamais seria para privatizar, era estratégico para o Estado.

Essa declaração do Sr. Doutor, que agradecemos, é relevante. Não implica minimamente o Sr. Doutor, como é lógico, mas dá-nos uma ideia de que a TAP já estaria a ser preparada, no maior segredo, pelo Governo socialista, para uma eventual venda, apesar de reiteradas vezes dizerem o seu contrário.

O Sr. Doutor tem uma passagem frugal pela companhia e, segundo soubemos através do comunicado conjunto dos Ministros João Leão e Pedro Nuno Santos, lamentaram a sua saída e agradeceram o seu trabalho nos poucos meses que esteve à frente da área financeira da empresa. Estava referido que, por motivos pessoais e imprevisíveis, abandonou, por sua vontade, a empresa. Foi mesmo assim?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, os motivos pelos quais decidi renunciar foram aqueles que apresentei. Na perspetiva do Ministério das Finanças, ou do Governo, eu teria condições e deveria ter continuado. E tudo fizeram no sentido de me apoiar e estimular nesse

caminho. No entanto, na minha consciência, face àquilo que apresentei, entendi que não tinha condições para continuar.

Essa declaração não é minha; como sabe, é do Governo. Portanto, entendo que para o Governo foram motivos «pessoais» porque foi uma decisão minha e «imprevisíveis» porque, possivelmente, não esperavam nem contavam com isso, tendo em conta parte do projeto que estávamos a levar por diante.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Doutor está há muitos anos no mundo empresarial — também por lá passei muitos anos — e sabemos que quando há uma renúncia a um cargo invocando motivos pessoais tem a ver com o foro íntimo, da pessoa, uma decisão da pessoa e que nada tem a ver com a instituição.

Objetivamente, para não andarmos aqui com muito rodeios, e tendo em conta que os motivos pessoais invocados têm a ver com razões de ordem pessoal e não com condições para desempenhar a função, o que lhe pergunto é se concorda ou não com este comunicado.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não sei o que possa acrescentar, mas acho que é uma questão de perspetiva. A decisão foi minha e, na perspetiva do Governo, foi uma decisão pessoal face a uma avaliação que eu fiz. Em nenhum momento tive uma confrontação relativamente às situações que descrevi do seguro *Directors and Officers* do contrato de gestão.

Entendi, simplesmente, que o perfil, e já há bocadinho falámos sobre esta questão da forma como são geridas... Repare numa coisa: na minha lógica, a gestão de uma empresa como a TAP, com passivos de 4000 milhões de euros, com mais de 6000 trabalhadores naquela altura, com uma frota de mais de 90 aeronaves, com a Comissão Europeia, tem uma responsabilidade muito grande.

Portanto, achei que era importante, não havendo o seguro, haver um contrato. Mas, como lhe digo, não tive uma interação direta com o Governo sobre isto. Achámos que era um tema de Conselho de Administração e do presente Conselho de Administração.

Pelo que apurei, mas não tenho esses elementos se me perguntar, há uma série de empresas públicas em Portugal que não têm contratos de gestão. E acho que não é um tema de agora, é uma prática que já vem de muitos, muitos anos e de vários governos, etc.

Acho que é algo que deveria ser revisto, sobretudo quando as empresas estão numa situação financeira difícil. O que não se deve é criar determinados contextos que diminuem a capacidade dos gestores de tomar as melhores decisões por causa da situação em concreto.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Enquanto desempenhou estas funções, sentia presença, não diria diária, mas com regularidade, no apoio às suas funções, mostrando disponibilidade para ajudar, por parte de Pedro Nuno Santos e João Leão?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — As minhas matérias eram essencialmente, ou quase exclusivamente, com as Finanças. Portanto, não tinha interação com o Ministério das Infraestruturas e da Habitação e o dossiê TAP, designadamente a aprovação do plano de reestruturação em negociação com a Comissão Europeia, estava delegado no Secretário de Estado do Tesouro.

Sendo que aquilo de que tratava era através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e com o secretário de Estado e o seu gabinete, nunca senti necessidade de pedir alguma coisa ao Ministro das Finanças, ao Dr. João Leão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Numa resposta que o Sr. Doutor deu ao Deputado Hugo Carneiro sobre a operação M&E Brasil, o Sr. Doutor disse, a dada altura, e passo a citar: «É uma análise circunscrita a um determinado contexto e prazo.» O que quis dizer com isto, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Quer dizer que qualquer profissional, quando... Em primeiro lugar, um passo atrás. O plano de reestruturação — e depois isto até foi tornado público — prevê a alienação de um conjunto de participações da TAP SGPS, prevê que a Portugália seria integrada na TAP S.A. ou sairia da esfera da TAP SGPS para a TAP S.A. e previa que a M&E Brasil seria vendida ou objeto de outro tratamento, mas numa lógica de não continuar no negócio.

Isto com base numa análise que foi feita pelos especialistas e, portanto, é um trabalho anterior ao início das funções deste Conselho de Administração, e em que chegam à conclusão de que aquele negócio não tem interesse. É um negócio em que a TAP investiu centenas de milhões de euros, mas que não tem viabilidade, face às circunstâncias naquele momento. Um negócio pode ter valor num determinado momento e daqui a um ano pode não ter valor, porque há uma nova tecnologia que é desenvolvida, porque os clientes preferem outro fornecedor, etc.

Aquilo que tínhamos era um entorno de covid, não havia necessidade de serviços de manutenção a nível mundial, portanto, a empresa tinha poucos clientes, alguns dos quais deixaram de o ser porque entraram em dificuldade financeira, etc.

Havia dificuldade em ter receitas, estrutura de custos, um histórico imenso de contingências, como eles chamavam, «trabalhistas» e fiscais, em que a TAP, por via das soluções que se foram arrançando, acabava também por estar envolvida, porque dava garantias ou situações de conforto nalguma dessas responsabilidades.

A solução era vender, mas para vender é preciso arranjar um comprador. Além disso, havia a liquidação, que era a via que se iria seguir. Quer dizer, é naquela situação, porque se calhar, um ano antes, a perspectiva seria diferente. Portanto, é circunscrito à visão do desempenho da empresa, o enquadramento da empresa no mercado, naquele momento.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, tem opinião comum à grande parte dos que já passaram nesta Comissão, sobre a M&E Brasil, exceção feita a Lacerda Machado, que diz que este, M&E Brasil, foi, de longe, o melhor negócio da TAP. E que se não fosse a compra da M&E Brasil, provavelmente a TAP estaria ainda bem pior do que está.

O que lhe apraz dizer sobre uma declaração destas, uma vez que o Sr. Doutor conhece o processo no seu todo?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu conheço a situação àquela data, não sei os antecedentes, não sei até que ponto é que aquele investimento na M&E Brasil foi parte de uma entrada mais forte da TAP no Brasil que, como vocês sabem, é o mercado mais importante da TAP.

Portanto, não lhe posso dizer mais do que isto; a aprofundar, acho que terá de ser com quem proferiu essas declarações, para justificar porque é que considera que a M&E Brasil é um ativo com essas características.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, foi contratado, também, para implementar o plano de reestruturação, como já nos disse.

Nesse plano de reestruturação estava patente a obrigatoriedade, vinda de Bruxelas, de despedir trabalhadores, de reduzir drasticamente os seus salários, ou apenas vinha emanada desse documento a necessidade de elevados cortes de despesa, mas sem mencionar despedimentos e cortes de salários?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu não conheço a última versão do plano de reestruturação — a última e única versão —, que é a que foi aprovada. O que conheço é o plano que foi submetido a Bruxelas em junho de 2021, que, depois, entrou na fase de investigação aprofundada, e a reestruturação da TAP envolvia um conjunto de tarefas: o redimensionamento da frota, a substituição da frota, a revisão das rotas e também uma redução da estrutura de custos. E havia um compromisso da parte da TAP e da parte do Governo — pelo menos é a minha interpretação —, em reduzir e ajustar a estrutura de trabalhadores à realidade da TAP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, tem ideia de quantos trabalhadores foram despedidos no seguimento deste plano de reestruturação?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não tenho uma ideia concreta, mas o que eu sei é que a TAP tem uma redução, mais ou menos, de 2000 trabalhadores, que resulta do somatório de três componentes. Por um lado, um conjunto de trabalhadores sem vínculo, cujos contratos não foram renovados; um conjunto grande de pessoas que aceitaram saídas voluntárias da TAP, mediante o recebimento de uma compensação, o que faz com que o despedimento final — segundo me recordo, mas não sou capaz de dar o número — acabou por ser um número de efetivos reduzido. Ainda assim importante, mas reduzido por comparação com o número total de redução dos trabalhadores. Qualquer despedimento, obviamente, é lamentável, mas no cômputo de geral, face ao que foi a redução dos trabalhadores, creio que terá sido reduzido, porque a maior parte das pessoas aderiram à saída voluntária.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, quando fala nas pessoas que saíram de livre vontade, está a falar certamente nas RMA (rescisões por mútuo acordo) que ocorreram na altura.

Seria surpresa para si se eu lhe dissesse que há aqui troca de *e-mails* entre o Diretor de Recursos Humanos e responsáveis por pessoal de cabine, a dizer que se o trabalhador tal não tivesse decidido de outra forma, ou seja, a rescisão sem quaisquer direitos que lhe foi proposta, «nada lhe garante que não tivesse feito parte do conjunto de tripulantes que foram incluídos no processo de despedimento coletivo, sendo que, se assim fosse, não se teria arrependido de celebrar o acordo, mas, sim, de não o ter feito»? Isto parece-lhe que é uma rescisão de livre vontade? É que eu posso ler-lhe mais. Posso ler-lhe algo do género, vindo de Ramiro Sequeira, entre outros — não vou divulgar as fontes, naturalmente — com ameaças a dizer «ou aceitas desta forma ou vais para um despedimento coletivo».

Esta é a forma de se lidar com trabalhadores que deram tudo, tudo o que tinham para salvar a empresa, foram dignos, aceitaram cortes de salários e que são empurrados pela porta, desta maneira? Trabalhadores em relação aos quais a TAP, a muitos deles, está obrigada a admiti-los, agora, por via de decisão judicial, a reintegrá-los, depois do martírio que passaram sem ter emprego, depois de tudo o que deram à empresa, e estes, estes que aceitaram sair porta fora, porque foram pressionados a fazê-lo, hoje em dia não são readmitidos, porque, por causa dessa afirmação que o senhor fez de «saídas voluntárias», que não foram voluntárias, não estão abrangidos por essas decisões judiciais para voltar. Acha isto correto? Acha isto justo? O que é que tem a dizer estes trabalhadores?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu tenho muita dificuldade em comentar partes de texto sem saber o contexto e o *background* dessa situação. Tenho a maior consideração pelas pessoas com quem trabalhei,

designadamente pelo Ramiro Sequeira e, portanto, eu teria de perceber o contexto em que isso é escrito, qual é o *background*, de quem para quem. Este é o ponto n.º 1.

Ponto n.º 2, qualquer despedimento é lamentável e é-o na TAP como em qualquer outra empresa.

Sobre isto não tenho mais para dizer, porque não sei o contexto. Mas tenho a convicção de que as pessoas que fizeram isso fizeram-no da forma mais correta e mais apropriada. E, por isso, comentar excertos de texto sem saber o que está por trás e sem saber qual é a pessoa e quais é que... Teria de perguntar ao Ramiro Sequeira o que é que o levou a escrever isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Naturalmente, eu comecei por dizer que, por uma questão de salvaguarda das pessoas em causa, jamais iria revelar a fonte. O que o Sr. Doutor me está a dizer é que não pode tecer comentários sem saber quem está na origem desta troca de comunicados.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não me recordo desse *e-mail*, não sei qual é o *background*, não sei a que pessoas se refere.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim, Sr. Doutor, não é um *e-mail*, são vários trabalhadores que foram forçados. Eu trouxe aqui sete ou oito *e-mails* dos muitos mais que tenho.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — São todos, mais ou menos, equivalentes?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Todos equivalentes.

São pessoas que assumem terem sido coagidas a aceitar a rescisão por mútuo acordo, com uma série de ameaças implícitas: se não fosse assim iria ser pior, iriam no processo de despedimento coletivo e não teriam direito a rigorosamente nada.

Tenho um relato de uma senhora que tem filhos, não tem forma de sustento, foi empurrada para fora da empresa, e agora está a ver antigos colegas que foram embora no processo de despedimento coletivo a serem reintegrados, e esta senhora não tem direito a isso.

O que lhe perguntei, de forma clara e objetiva — eu sei que o Sr. Doutor não tem acesso a esta informação, porque não passou por si, naturalmente —, mas esteve neste processo...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu não estive nesse processo, portanto, não era um dossiê que eu levava. Naturalmente, fazia parte da Comissão Executiva e, portanto, se há que assumir a minha quota de responsabilidade, aí, assumo-a, naturalmente. Mas, como lhe digo, não tenho conhecimento desses casos em particular. Acho que qualquer despedimento é lamentável, qualquer saída forçada é lamentável, mas as pessoas também têm sempre a possibilidade de recorrer à lei, e se for legítima a sua reintegração na empresa, pois podem, através dos tribunais, fazê-lo.

Sr. Doutor, não tenho muito mais a acrescentar sobre isto. E acho que não há nenhum processo de redução de efetivos em qualquer empresa que seja isento de dificuldades ou de situações que podem, consoante as perspetivas, ser menos corretos.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Deputado da Iniciativa Liberal, Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, começo também por cumprimentá-lo.

Entretanto, também tive de sair, mas, se percebi bem, afinal não saí por motivos pessoais imprevisíveis, como o Governo tinha colocado naquele comunicado, mas, sim, por não estar confortável, por um lado, com o seu contrato de gestão e, também, devido à questão do seguro.

Gostaria de lhe perguntar, primeiro, se confirma isso e, segundo, se o Governo lhe mostrou este comunicado antes de o enviar.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Os motivos da minha saída são aqueles que já expliquei e que, enfim, de forma muito resumida — e assim quase que parece que é uma coisa que não tem um contexto, e teve —, mas acho que as razões que referiu eram duas peças fundamentais e eu não me recordo de ter tido conhecimento do comunicado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A segunda pergunta era se sabe quem é que o escreveu, porque, efetivamente, os lamentos em relação à sua saída no comunicado são dos ex-Ministros João Leão e Pedro Nuno Santos, mas assumo, obviamente, que não tenham sido eles a escrevê-los. Importa-me saber é se eles o viram e se tinham conhecimento de que aquilo que estava

lá, efetivamente, não era verdade. Mas aproveitaremos para perguntar quando os tivermos cá, porque já percebi que o Sr. Doutor não...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Mas eu acho que, na perspectiva deles, foram motivos pessoais e não previsíveis para eles. E também não lhe dava tanta importância assim, sinceramente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, são motivos pessoais no sentido de atenção da sua pessoa, porque, claramente, são motivos profissionais.

Sim, mas eu percebo exatamente o que me está a dizer.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sim, mas não é...

O Sr. **Presidente**: — Permitam-me só uma interrupção, para evitarmos sobreposição de diálogos. Até pela proximidade, às vezes é difícil, com o microfone fechado, percebê-los.

Agradecia que se fizesse a pergunta e depois se solicitasse a resposta. Seria mais fácil.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Com certeza.

Iremos questionar o Sr. ex-Ministro Pedro Nuno Santos e, também, o Sr. ex-Ministro João Leão.

Quando chegou à companhia, penso que o plano de reestruturação inicial já tinha sido enviado para Bruxelas. Gostaria de lhe perguntar se, quando chegou, teve a oportunidade de analisar o mesmo e se concordou com os pressupostos e as medidas estruturais que estavam plasmadas nesse plano.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — O plano de reestruturação que eu conheci foi o que foi submetido em junho à Comissão Europeia. Relativamente a concordar ou não concordar, não... Achei que aquilo que foi feito foi objeto de muita análise, muito *benchmarking* e, portanto, quero crer que estava bem feito, refletia a situação e era razoável.

Lembro-me que discutíamos se as projeções de recuperação de tráfego, no caso base da TAP, eram ou não superiores às da IATA e acho que eram mais razoáveis ou mais prudentes, digamos assim, e, portanto, achei que era razoável. Nós depois até fazíamos uma confrontação do desempenho do exercício de 2021 com o que estava nesse orçamento de 2021, que era um reflexo desse plano de reestruturação, e, de alguma forma, até estávamos a cumprir.

Portanto, eu acho que, na generalidade, sim, havia coisas que eram evitáveis. A substituição da frota tinha de se fazer porque ela já estava contratada e, portanto, tinha de ser feita. Obviamente que exigia um grande esforço financeiro, mas, por outro lado, a prazo também poderia tornar o custo da operação mais eficiente.

Portanto, na generalidade, diria que sim, que estava de acordo. Não havia nada que me chocasse muito, acho que o objetivo de rentabilidade era um bocadinho alto por comparação com os outros, porque dizia que íamos ter uma rentabilidade de EBITA (*earnings before interest, taxes, and amortization*) de vendas que eu acho que estava comparável às melhores práticas do setor naquela altura.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Uma das coisas que percebemos pelas comunicações com a Comissão Europeia é que a Comissão recomendava que se tentasse que a percentagem que vinha quer de cortes no número de trabalhadores, quer da injeção de dinheiro dos contribuintes não fosse tão alta e a percentagem de contribuições próprias fosse mais alta.

Por isso, gostaria de lhe perguntar que esforços foram feitos, não só, provavelmente, da partilha de perdas — aí já sabemos de várias renegociações, quer as que foram feitas, quer as que se tentaram —, mas a Comissão também falava de *fresh money*, de novo investimento privado, e eu gostava de saber se houve esforços nesse sentido.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Isso já foi há bastante tempo e do que me recordo, de facto, é que uma das peças da discussão era o chamado *on contribution* e, ao fim e ao cabo, além do dinheiro público, qual era o dinheiro que o beneficiado, neste caso, trazia para cima da mesa para essa reorganização.

Eu lembro-me que, na altura, naquela parte da revisão do plano, conseguimos trazer ainda, ou conseguiu-se trazer, mais financiamento de *lessers*, que, de alguma forma, é aportação de dinheiro, e também era o nosso entendimento que os *waivers* que os credores estavam a dar à TAP, sendo sua opção declarar o vencimento antecipado dos financiamentos, era uma forma de fazerem a sua contribuição para a viabilização da empresa.

Ou seja, os obrigacionistas podiam ter exigido o vencimento antecipado, os credores dos fundos também podiam tê-lo feito, os bancos podiam tê-lo feito, todos eles tinham esse direito e não o fizeram e, portanto, de alguma forma, na nossa perspetiva — lembro-me que na altura debatíamos muito isto —, era uma forma de dar a sua contribuição para a reorganização da empresa. Isto na fase em que eu ainda lá estava, e depois ainda continuou. Depois, já não sei o que é que ficou salvaguardado na última versão do plano de reestruturação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E em relação à segunda parte, não só à partilha de perdas, mas à parte de novo investimento privado, houve algum esforço nesse sentido?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não havia naquela altura... Temos de nos situar no tempo. Naquela altura era impossível levantar dinheiro no mercado privado, era impossível. Repare, a TAP era uma empresa que tinha uma estrutura financeira muito desequilibrada: tinha sido objeto de uma intervenção, perdia dinheiro, estava mais atrasada na recuperação ou tinha perspetivas de recuperação da covid mais demoradas do que os seus comparáveis. Portanto, a capacidade de a TAP levantar dinheiro era inferior à das outras empresas de bandeira — a Lufthansa conseguiu levantar dinheiro no mercado privado; a aliança da International Airline Group também conseguiu levantar dinheiro; a Air France também conseguiu levantar dinheiro —, porque tinham uma situação diferente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Era exatamente por isso que lhe estava a perguntar, porque, em novembro de 2021, logo a seguir à sua saída, na resposta oficial às questões da Comissão, que são de outubro, no ponto 3 lê-se: «As autoridades portuguesas gostariam de enfatizar que a TAP já foi abordada por potenciais novos investidores com interesse em adquirir uma parte da empresa, mas que o Estado não o quer fazer antes de ter o plano aprovado». Por isso, efetivamente, o Sr. CFO não estava ou poderia não estar a par, obviamente, mas a TAP tinha sido abordada por potenciais novos investidores.

Claro que o dinheiro poderia não ser logo a curto prazo, isso eu não sei, e até poderiam ser alguns desses grupos de que falou, também não vamos estar aqui a discutir isso, mas, efetivamente, o Estado está aqui a dizer que a TAP já tinha sido abordada por potenciais novos investidores, mas que o Estado não o queria fazer antes de ter o plano aprovado. É por esta razão que eu já tinha perguntado isto também ao Dr. Miguel Frاسquilho — não tinha fornecido este segundo dado, mas tinha feito a pergunta em relação aos

esforços para ter novo investimento privado, que era uma das recomendações da Comissão Europeia. E do que tenho percebido não houve esse esforço. Eu gostaria de tentar perceber se esse esforço era uma vontade da TAP, ou se tinha sido alguma vontade mais política, digamos assim, do Estado. Mas se o Sr. CFO também não estava a par disto — a seguir, vai-me responder, obviamente, se estava ou não estava —, a quem é que nós ainda poderemos, se calhar, colocar questões sobre isto? Além da tutela, se calhar, só à ex-CEO.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu não estava a par desse interesse e não sei a quem é que poderá colocar a questão. Mas o que lhe posso dizer é o seguinte — e agora entramos aqui, um bocadinho, numa matéria conceptual, mas que eu acho importante: o facto de eu demonstrar interesse por um ativo não quer dizer que eu esteja pronto a comprá-lo tal qual ele está. Depende da negociação, depende dos termos que eu conseguir acordar. Portanto, eu posso ter interesse na TAP, mas se depois me pedem para consubstanciar esse interesse, ou como aquilo evolui, às tantas os termos não são... Portanto, eu acho que sem o plano de reestruturação aprovado — e isto é conceptual, não é? —, na minha análise, era impossível concretizar qualquer investimento na TAP.

Portanto, esses interesses são apenas demonstrações de interesse. Há o fulano que indicou, a *A* ou *B*, que tem interesse na TAP, mas esse interesse está sujeito a muitas coisas. Isto é verdade na TAP como é verdade em qualquer outra empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Certo. Só um pequeno pormenor importante...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Mas não era comigo que essas demonstrações de interesse eram feitas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, sim...

Essas demonstrações de interesse, pelo menos aqui, os fulanos *A* e *B* eram muitas vezes CEO de grandes grupos, e essas demonstrações foram feitas...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sim, mas eu acho que é um interesse em analisar, é um interesse em explorar, é um interesse a materializar no tempo próprio, é um interesse sujeito à aprovação do plano de reestruturação, é um interesse sujeito a ver como é que o plano de reestruturação se vai executar...

Porque, repare, a TAP tem ativos importantes, que eu acho que complementa uma série de investidores, e acho que isso, se calhar, faz com que determinados investidores ou *players* queiram ir sinalizando o seu interesse.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. Está aqui na resposta oficial do Estado, e depois terei a oportunidade de perguntar aos Srs. Ministros.

Os 1200 milhões, à data em que estive em funções, penso eu, ainda eram considerados um empréstimo. Eu gostaria de lhe perguntar se já na altura sabia que a TAP não iria devolver este dinheiro aos contribuintes.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — O que estava previsto relativamente a esse empréstimo era que se o plano de reestruturação não fosse aprovado ele seria devido. Isto era o que estava pactuado com a Comissão Europeia. E estando ainda um plano de reestruturação a ser objeto de negociação, o que a República Portuguesa aceitou foi estender até ao final

de dezembro, sendo que o projeto, tanto quanto me recorde, era transformar esses 1200 milhões de euros em capital, mais os juros corridos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Exato, esse foi o passo a seguir. Mais os juros, exato. E o que eu lhe pergunto é se essa foi a intenção inicial — não lhe posso perguntar, porque não estava lá —, mas se, pelo menos quando entrou, essa já era a intenção ou se, efetivamente, ao início, era mesmo um empréstimo que iria ser devolvido, ou se sempre houve essa intenção.

Aliás, até me recorde que, infelizmente, por uma questão de transparência, já naquele Orçamento suplementar até foi na rubrica como despesa de capital; por isso, já era o Estado a assumir que não era um empréstimo.

O que lhe pergunto também é se a TAP, se fosse em setembro ou em dezembro, teria capacidade para pagar esse empréstimo de 1200 milhões de euros.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — A TAP, de todo. A TAP não tinha qualquer capacidade financeira para devolver os 1200 milhões de euros, porque para devolver os 1200 milhões de euros teria de levantar 1200 milhões de euros noutra local qualquer, e não tinha capacidade de levantar 1200 milhões de euros.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isto é só até por uma questão de quase transparência, porque sempre foi vendido aos portugueses como um empréstimo, quando, obviamente, se sabia que a TAP não tinha condições nenhuma para pagar esse empréstimo, por isso não era um empréstimo. Era, quando muito, um donativo.

Ainda por falar em empréstimos — há pouco também falámos de levantar financiamento privado —, no início da pandemia, a Comissão

Executiva — ainda não estava na companhia, é claro, mas deve saber —, pediu não só um empréstimo ao Estado, mas também prestação de garantias para financiamentos privados, e tal não foi aceite. Mas, depois, no fim de 2021, a TAP pediu um empréstimo a bancos com garantias de 90 % do Estado. Não sei se se recorda disto.

Eu gostaria de saber porque é que a TAP só o fez já depois de o Estado ter nacionalizado a companhia. Porque é que este empréstimo, com garantias do Estado, este financiamento privado com garantias do Estado, só foi possível depois de a TAP ser nacionalizada e não antes?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não sei se entendi muito bem a sua questão. Mas no plano de...

Portanto, eu estive lá quatro meses, mas recordo-me de que nos cenários de capitalização da empresa — mas era um cenário —, uma possibilidade de fazer a entrada dos fundos que estavam previstos no plano para 2021 poderia ser através de um financiamento de bancos, ou de mercado privado, se quiser, com aval da República, para uma parte do montante.

Foi um cenário que foi identificado e que depois da minha saída creio que terá continuado a ser aprofundado. E não sei se acabou por ser concretizado sob esse formato, ou não: se é um financiamento da banca com aval da República ou se é uma injeção direta de dinheiro da República.

Eu acho que é o segundo caso. Não há nenhum financiamento adicional da banca.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Depois já não estava lá, agora estou a falar de cabeça, mas são 360 milhões, Caixa Santander, 90 % de garantias do Estado.

De qualquer forma, se não estava lá, obviamente, não tem mais informação. Agradeço, também não peço que especule, estou só a dizer que

antes a TAP pediu para fazer isto e não foi aceite; depois, quando já estava 100 % nas mãos do Estado, consegui fazer isso. A execução já foi, até, no início de 2022 e, por isso, certamente, já não acompanhou, mas poderia ter acompanhado o processo inicial da operação.

Queria perguntar-lhe, ainda relativamente à Groundforce, se se lembra do que aconteceu ali no verão — deve ter sido passado poucas semanas de ter entrado —, quando houve toda aquela questão dos subsídios de férias, ou não. Como viu esse processo, tendo em conta que antes a TAP estava a fazer os adiantamentos à Groundforce? Houve ali uma discussão pública, digamos assim, entre os acionistas. Como é que o assunto se resolveu? Considera que o processo correu da melhor forma e que se resolveu da melhor forma?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — De facto, a situação da Groundforce era uma situação complexa, pelo acionista maioritário da Groundforce, por todos os precedentes que havia, de a TAP ter tentado ajudar a Groundforce, designadamente com a compra do equipamento e depois o arrendamento do equipamento à Groundforce.

E chegámos ao fim de semana, salvo erro de 17 de julho, a TAP fez a proposta à Groundforce de adiantar o dinheiro relativo a serviços a serem prestados pela Groundforce, e isso não mereceu o acolhimento da parte da gestão da Groundforce.

Isso resultou, e a TAP, devo dizer — eu não estava a gerir esse dossiê —, desenvolveu os maiores esforços para que aquela greve, daquele fim de semana, não acontecesse.

No entanto, ela aconteceu, porque eles não aceitaram os termos da TAP. E acho que é evidente o impacto que a Groundforce tem na TAP, porque uma greve da Groundforce faz parar a frota da TAP, e, pior do que estar parada é o impacto que isso teve para todos os clientes da TAP. Portanto, teve de se passar a um plano *B* e foi isso que fizemos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vou concluir, voltando, muito rapidamente, à operação da M&E Brasil. Pergunto-lhe se se lembra de algumas discussões, a nível da gestão, em relação a esta operação, e se havia alguém a favor de manter a operação e de não encerrar, como depois penso até que ficou explícito no próprio plano de reestruturação.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — No período que lá estive, era um assunto que preocupava todos os elementos da Comissão Executiva, bastante, e também os não-executivos. Tanto quanto me recordo, não havia ninguém do Conselho de Administração, tanto quanto me recordo, que fosse favorável a dinamizar o negócio do Brasil.

Poderia haver perspectivas diferentes sobre venda de ações, venda de ativos, reorganização ou fecho, mas não me recordo de ninguém a dizer que aquilo era um ativo absolutamente estratégico para a empresa e que iria ter um futuro promissor. Até porque havia uma questão reputacional relativamente à questão da M&E Brasil, que utilizava a marca TAP e fazia manutenção de aeronaves para terceiros, e isso é uma responsabilidade muito grande. Era uma das grandes preocupações da CEO da TAP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Perguntei isto até mais por curiosidade, porque tivemos aqui uma outra pessoa, o Sr. Dr. Lacerda Machado — que não esteve ao mesmo tempo que o Sr. Doutor, penso eu — , que me tinha respondido, se não estou em erro, que não era o único administrador a favor de manter a operação. Por isso, estou a ver se encontro os outros administradores que eram a favor de manter a operação; se alguém os encontrar, diga.

Muito rapidamente, para terminar, queria só ver se nos poderia ajudar também em relação ao plano de reestruturação, apesar de ter estado lá pouco

tempo. Pergunto-lhe se o facto de a M&E Brasil ter umas contas negativas que afetavam bastante as contas do grupo foi o principal motivo, ou um dos motivos, para que a TAP tivesse de ficar ao abrigo do mecanismo de resgate e reestruturação e não pudesse ficar só ao abrigo do mecanismo de ajudas da covid. Se souber responder.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não lhe sei responder.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado, Sr. Doutor.

Damos agora a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Quero começar por cumprimentar o Dr. João Weber Gameiro e agradecer a sua presença, agradecendo também a sua compreensão para a eventual repetição de questões que, às vezes, e frequentemente, pode acontecer.

Só para esclarecer: o Sr. Doutor entra na TAP como gestor público ou noutra contexto ou com outro estatuto?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu entro na TAP como administrador e os administradores das empresas públicas têm de respeitar, estão ao abrigo do Estatuto do Gestor Público.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso nunca esteve menos claro para si? Sempre foi uma questão assumida desde o início e com clareza?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sim, era um elemento que eu sabia; não dominava o diploma, mas sabia que estava ao abrigo do Estatuto do Gestor Público.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tem memória dessa discussão sobre a aplicação do Estatuto do Gestor Público ter surgido em discussões em que tenha estado presente? De eventuais implicações da aplicação do Estatuto do Gestor Público aos membros da Administração da TAP sobre várias matérias, como, por exemplo, a questão até do próprio contrato de gestão, etc. Em que medida é que essas questões surgiram?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não era algo sobre o qual falássemos, o Estatuto do Gestor Público. Temos de fazer as entregas da declaração de interesses na IGF e no Tribunal Constitucional, não me recordo bem se isso deriva do Estatuto do Gestor Público ou não, creio que não.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Creio que sim.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Tem? Acho que tem uma delas, não é? A outra não, há uma que é um diploma autónomo. Acho que é da Inspeção-Geral de Finanças, que é capaz de estar no... Não importa, estamos a especular.

Não falávamos sobre isso. Lembro-me, sim — já não me lembro por que motivo —, que estávamos a passar os três meses desde que tínhamos sido nomeados e não tínhamos contrato de gestão, e lembro-me que perguntei «o que eu assinar daqui para a frente é válido ou não é válido?».

Depois fiquei, de alguma forma, tranquilo — quer dizer, tranquilo naquele momento — das coisas que ia assinar, mas obviamente que foi um

elemento adicional nas minhas preocupações, porque isso não criava nulidade na nomeação porque havia outras empresas públicas na mesma situação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E essa resposta foi-lhe dada por quem?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Esta resposta foi-me dada, não sei se exatamente nestes termos, mas, depois de uma consulta que o Presidente do Conselho de Administração fez para averiguar as implicações disso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Manuel Beja?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Manuel Beja, que também tinha preocupações. Acho que também ficou evidente, quando ele esteve aqui, que tinha esse tipo de preocupações.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já agora, faço-lhe uma observação que é...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Mas, quer dizer, eu acho que isso só fez com que depois se continuasse as diligências com o Governo, para tentar, creio eu, vir a ter um contrato de gestão que enquadrasse a atividade dos elementos dos órgãos sociais ou administradores da empresa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É isso. É sempre bom saber que há, nas empresas públicas e em pessoas a quem o Estatuto do Gestor Público se lhes aplica, consciência disso e até questionar as implicações e aquilo que é necessário ter daí para a frente, e não ter aquela ideia de que esta é uma gestão pública que imita a gestão privada.

Mais tarde, até, julgo que o seu sucessor Gonçalo Pires, juntamente com o PCA (Presidente do Conselho de Administração) Manuel Beja, assinaram mesmo uma carta dirigida ao Governo, colocando algumas das questões que têm a ver com a aplicação do Estatuto do Gestor Público.

Um outro assunto, que não é bem relacionado com este tema, mas que tem a ver, digamos, com o estatuto dos gestores da TAP, S.A. e da TAP SGPS, e que eu irei colocar aqui, tem a ver com potenciais situações de conflito de interesse identificadas, nomeadamente pelo Presidente do Conselho de Administração, junto do Governo, relativamente ao facto de estarmos perante gestores que eram simultaneamente da TAP, S.A. e da TAP SGPS, desde logo no contexto que todos estamos aqui a discutir, que é o da própria consolidação e depois separação — já iremos a essa parte.

Queria perguntar-lhe sobre a abordagem que se recorde de ter sido feita durante o seu exercício de funções. Esse tema surgiu? Sabemos que surgiu um pouco mais tarde, por escrito. A questão é esta: durante a sua presença, como é que esta questão surgiu?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sem dúvida, é um tema importante e surgiu. Repare, qual era a situação que nós tínhamos? Tínhamos uma TAP, S.A. detida em 8 % pela TAP SGPS; tínhamos uma TAP SGPS sem tesouraria, mas com responsabilidades, cujo não cumprimento poderia impactar na TAP, S.A. e, portanto, necessitava de fundos; tínhamos uma TAP, S.A. com um crédito superior a 850 milhões de euros sobre uma TAP SGPS; tínhamos a perda da relação de domínio, ou de grupo, entre a TAP SGPS e a TAP, S.A. e, portanto — e eu não sou jurista —, o fim da capacidade dos administradores, ou da TAP SGPS, mandarem na TAP, S.A.; temos a TAP, S.A. com diferentes *stakeholders*; temos a TAP, S.A. com passivos de 4 mil milhões de euros, com determinados contratos.

Essa era uma matéria que nos preocupava e geradora de conflito de interesses, na medida em que a decisão que se tomasse na TAP, S.A., a mesma pessoa que toma uma decisão da TAP, S.A. tem, obviamente, de ser consequente com isso enquanto administrador da TAP SGPS.

Por exemplo, havia uma dúvida sobre a necessidade, ou não, de provisionar os recebíveis que a TAP, S.A. tem sobre a TAP SGPS. Portanto, como é que um administrador da TAP, S.A. decide provisionar uma parte desse valor, ou a totalidade desse valor, e o que é que, enquanto administrador da TAP SGPS, decide relativamente a isso. Reconhece que não é capaz de pagar? Então, se reconhece que não é capaz de pagar está numa situação de potencial insolvência.

Portanto, era uma matéria complexa e que, justamente, também foi, como referiu há pouco, o Presidente do Conselho de Administração e o Dr. Gonçalo Pires — na altura Administrador no Executivo, mas já responsável pelo comité das matérias financeiras —, que tomaram um *workstream* paralelo de começar a aprofundar formas de solucionar essa problemática.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estamos a falar, como acabou de demonstrar, de um contexto de duas empresas, teoricamente, que não consolidam uma na outra, mas que têm profundas relações, até funcionais, operacionais e financeiras.

Sabendo que não é jurista, mas tendo participado nessas discussões, pergunto-lhe se a própria questão da legalidade daquela situação estava ou não posta em crise na abordagem que se fazia, relativamente ao quadro que se vivia.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Desculpe, a legalidade de qual situação?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A de termos duas empresas que não consolidam uma na outra, que têm profundas relações, até funcionais, operacionais e financeiras, em que pode haver, em cada momento, um conflito de interesses entre os administradores face ao seu dever fiduciário.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Claro, mas justamente por isso é que tínhamos de ter um extremo cuidado e tínhamos de fundamentar muito bem as decisões que tomávamos, sempre salvaguardando que as mesmas também eram no interesse próprio da TAP, S.A.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado. Tenho mais dois temas para abordar nesta ronda.

Um já foi aqui colocado de uma forma muito enviesada, digamos assim, e tem a ver com esta mistificação sobre o papel de Bruxelas e os trabalhadores da TAP. Isto é, aquelas medidas de ataque aos direitos dos trabalhadores da TAP, aqueles cortes nos salários, a suspensão da democracia quando se mandou abaixo a contratação coletiva, porque é assim que se fez na decorrência da declaração e da resolução do Conselho de Ministros.

A questão que se coloca, a abordagem que eu queria questionar, não é tanto se um era bom e o outro era mau; simplificando a coisa, isto é mais como diz o povo: «se um diz mata, o outro diz esfola.»

Porquê? Porque a Comissão Europeia, na própria comunicação acerca do plano de estruturação da TAP, estabelece, desde logo, a sentença de que a TAP Air Portugal continua a ser menos competitiva do que os seus pares, em termos de custo com pessoal e eficiência. Esta afirmação, para mim, está muito longe de ser demonstrada, temos é de escolher os pares: se a gente escolher a Ryanair, é uma coisa, se a gente escolher a IAG (International Airlines Group) ou a Air France, é outra. Mas, mesmo assim, imputam uma

espécie de falta de competitividade e criticam, na própria comunicação da Comissão Europeia, o facto de os cortes, as medidas restritivas em relação aos custos com pessoal serem provisórias e não definitivas, tendo em conta que havia a questão dos acordos de empresa, ditos «de emergência».

Ora, a abordagem que se recorda de ter sido feita deste tema — e é essa a pergunta —, o debate sobre este tema na Administração da TAP, remetia para o objetivo de tornar definitivo o que era temporário, relativamente àqueles cortes com pessoal, ou havia a ideia de que existia aqui um problema a prazo, que se prendia com a própria capacidade operacional da companhia, como a vida veio a demonstrar?

Como temos vindo a observar, também nesta Comissão de Inquérito, há pessoas que foram despedidas; há pessoas que não foram despedidas, mas que foram embora na mesma, porque a TAP não é competitiva em termos de condições de trabalho. E eu pergunto: qual foi a abordagem que, nessa altura, foi feita na companhia, com a sua presença?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu não estive envolvido nisso e quando assumi responsabilidades a TAP já tinha tido a redução dos trabalhadores e a redução dos salários. Mas creio que o mercado tinha uma perspetiva de recuperação do negócio aéreo, de acordo com as projeções IATA, muito mais lenta do que veio a verificar-se. E, portanto, claramente, aquela dimensão de trabalhadores no último trimestre de 2019 e no primeiro trimestre de 2020 já não era adequada, face ao que ia ser a atividade da empresa. Já não necessitava de tantos trabalhadores. Isto é verdade na TAP, como o é em qualquer empresa que passa a faturar um terço daquilo que faturava.

Por outro lado, também a TAP teve de reduzir a sua estrutura de custos para — penso eu, mas aceito o contraditório — salvaguardar a sua sustentabilidade.

Contudo, o que é que se passou? Passou-se que a recuperação do negócio do transporte aéreo foi praticamente instantânea, e daí a rutura que se observa em todas as companhias e nos aeroportos espalhados pela Europa, e não só pela Europa.

Aquilo que foi feito naquela altura, por quem tomou a decisão — face à informação disponível naquele momento e na base da sua análise —, foi o melhor, porque a alternativa era fechar a empresa ou, então, as ajudas públicas teriam de ser bastante maiores.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O PCP defendeu um plano de contingência, que fosse aprovado, ao invés daquele plano dito de reestruturação, que era no sentido de investirmos na TAP, no sentido de defender verdadeiramente e não de despejar os trabalhadores borda fora, como aconteceu.

Para terminar, a questão que queria colocar tem a ver com os custos para a TAP do negócio realizado, em 2015, entre o Sr. David Neeleman e a Airbus. Tivemos já, nesta Comissão, o Dr. Gonçalo Pires a dar testemunho, a relatar o impacto que teve para a companhia, desde logo, sob o ponto de vista dos custos financeiros, ou seja, do financiamento daquelas operações e das condições de financiamento da operação, da aquisição daquelas 53 aeronaves. E isto é dito, digamos, num sentido retrospectivo pelo Dr. Gonçalo Pires, na medida em que chega à companhia já depois de as questões se terem decidido e de os impactos estarem a acontecer. E eu queria perguntar-lhe sobre a observação que fez das faturas que iam aparecendo, digamos assim, e dos custos que encontrou relativamente a esses custos de financiamento. Não estou a falar apenas do preço, daquela polémica do *fair market value*, mas também das questões do financiamento.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sobre essa operação não tenho quaisquer comentários, não a conheço.

Relativamente à questão da compra de aeronaves, durante o tempo em que estive na TAP nunca desafiei o contrato e o preço por que tinham sido adquiridas as aeronaves. Não era o meu propósito naquele momento fazê-lo. Eu acho que, durante o meu período, nem chegámos a negociar nenhum contrato de financiamento de aeronaves, dos *leasings*. Portanto, a única coisa que fizemos foi pedir autorização ao Tesouro e Finanças para pagamentos que estavam faseados, porque o pagamento da compra de uma aeronave é feito de forma faseada. E, portanto, lembro-me de ter pedido autorização para esses pagamentos e tê-los justificado, com base no que era o escalonamento dos pagamentos, e de ter aprovado o levantamento de algumas aeronaves — uma ou duas aeronaves — que se iam levantar ao fabricante.

Portanto, nunca questioneei o valor das aeronaves, não fui verificar as faturas, não questioneei se aquele seria o melhor preço, se conseguíamos um preço... Também imagino que a negociação na compra de uma frota seja uma negociação complexa, tem de ser vista como um todo e não se pode ter só a sensibilidade de ver se o preço daquela aeronave é adequado ou não é adequado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado, Sr. Doutor.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Dr. João Weber Gameiro.

Queria recuperar um pouco a questão relativa ao Estatuto do Gestor Público e, em particular, a vertente sobre a consciência que cada um dos

elementos da Administração Executiva, ou não-executiva, da TAP tinha sobre essa matéria.

O Sr. Doutor referiu-nos aqui que tinha consciência de pertencer, de estar debaixo da alçada do Estatuto do Gestor Público e referiu-nos aqui a conversa com o Presidente de Administração da TAP relativamente a essa matéria. Pergunto-lhe se essa conversa, se esse tema foi debatido só entre os dois ou se foi num espaço mais alargado, e se, nesse espaço mais alargado, estavam outros administradores.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não foi debatido num espaço alargado. Esta foi uma situação que surgiu num momento em que eu estava prestes a assinar um contrato com três fundos, de um *waiver*, e não sei se tinha estado a ler o Estatuto do Gestor Público na véspera ou se tinha estado... não sei. Sei que aquela dúvida me surgiu e, na altura, até falei com a diretora jurídica. Não tínhamos resposta para aquilo, para quais seriam as consequências de não haver o contrato de gestão e, depois, falámos com o Dr. Manuel Beja — não sei se fui eu ou se foi ela — e ele ficou de fazer essa diligência. Já não me recordo concretamente com quem mais falei.

Repare, isto é algo que se passa no espaço de tempo de uma tarde ou de uma meia tarde, não foi algo em que tivéssemos dito: «Vamos aqui, agora, debater que há...». Não, não houve nada disso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E o tema dos contratos de gestão foi objeto da discussão? Disse-nos que a Comissão Executiva tinha reuniões semanais e que o Conselho de Administração também tinha reuniões frequentes. Os contratos de administração foram debatidos em algum destes espaços?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Este assunto foi debatido, tanto quando me recordo, da seguinte forma: primeiro, empresa grande, frota, dívida, trabalhadores, situação difícil, não há seguro *Directors and Officers*; segundo, conseguimos arranjar um seguro *Directors and Officers* ou melhorar o que temos? Parece que não; terceiro, vamos, então, tentar enquadrar a responsabilidade dos administradores num contrato com o Estado. Se isto depois é o que significa o contrato de gestão que está previsto no Estatuto do Gestor Público ou não, não lhe sei dizer. Mas quando discutimos a necessidade de estar assentes numa relação contratual, nem era tanto na perspetiva do Estatuto do Gestor Público, era na perspetiva de enquadrar a atividade dos gestores da sociedade.

Portanto, o nosso debate não foi «temos de ter um contrato de gestão como o do Estatuto do Gestor Público». Não, temos de ter um contrato de gestão, porque temos de estar enquadrados nas nossas responsabilidades e ter alguma proteção do Estado, para o caso de haver aqui algum incidente.

A minha preocupação com o Estatuto do Gestor Público foi depois, quando me apercebi da questão da nulidade — não sei se é assim que está na lei, ou não — da nomeação.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Quer fazer uma pausa?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não, tive uma câibra, mais nada.

*Risos.*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não é nada grave!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Podemos fazer uma pausa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sim, se quiser uma pausa, o Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Se houver necessidade de fazer uma pausa, nós paramos.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Está tudo ótimo, obrigado. Foi uma câibra, mais nada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, na sequência do que estava a referir, sobre o problema da falta do seguro, essa discussão foi tida no Conselho de Administração e, por isso, alargada a todos os membros, com consciência de todos os membros. Como consequência disso, o contrato de gestão também foi discutido por todos os membros, com consciência de todos os membros?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — As coisas nas empresas não são assim, dessa forma, não é? Não. Há um debate entre os administradores sobre a situação da ausência do seguro *Directors and Officers*. O Dr. Manuel Beja diz: «Bom, vou explorar soluções, vou falar com o Governo, ver se conseguimos arranjar aqui outra forma, vou fazer determinadas diligências.» E, depois, reportava-nos que não tinha conseguido ou que estava à espera de algum *feedback*, mas que não tinha conseguido. Portanto, era assim, mais ou menos, como as coisas se passavam e, imediatamente, passávamos ao ponto seguinte, porque tínhamos de tomar decisões sobre outras coisas. Portanto, era assim que as coisas se passavam.

Nunca montámos uma reunião própria — pelo menos que me recorde — durante o meu período, para discutir o tema do seguro ou o tema do contrato de gestão. Isso nunca fizemos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas podemos retirar, então, das suas palavras — e esse era o ponto que eu queria referir —, que todos os administradores foram envolvidos nessa temática, na temática do seguro, na temática do contrato de gestão, seja o contrato de gestão ligado à vertente do Estatuto do Gestor Público, seja numa forma de salvaguardar um plano *B* face ao seguro *Directors and Officers*?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu não poderia dizer as coisas dessa forma. O que eu posso dizer é que todos os administradores foram envolvidos na problemática do seguro *Directors and Officers* e o Dr. Manuel Beja é que achava, ou ponderava, como um plano *B* ou um plano *C*, a questão de haver um contrato que, de alguma forma, salvaguardasse os gestores, não havendo o seguro *Directors and Officers*. Mas não foi uma coisa dele, do género «olhe, vamos então por aqui», e a que todos os administradores tivessem dado a sua anuência, dizendo, «vamos então explorar o contrato de gestão» ou uma coisa equivalente a um contrato de gestão. Não.

Até acho que foi uma coisa, um mandato, um pedido que lhe foi solicitado para ele diligenciar e tentar resolver, e ele tentou e utilizou diferentes abordagens e tentou explorar diferentes soluções.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor referiu também que entregou documentos relativos ao património e rendimentos à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal Constitucional. Esse procedimento foi de sua livre iniciativa ou foi avisado por alguém da empresa que tinha de assim proceder ou foi avisado pela tutela que tinha de o fazer?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Eu tinha consciência de que tinha de o fazer e os outros administradores, que eu saiba, também tinham essa

consciência, e foram informados de que tinham de o fazer. E, portanto, tivemos de entregar na IGF uma declaração de património e tivemos de entregar, num prazo um bocadinho maior, uma declaração mais ou menos equivalente, mais extensa, no Tribunal Constitucional. E acho que todos o fizemos. E recordo-me de que, na altura, inclusive, até foi preparada uma pequena nota a explicar, justamente, o que era preciso elaborar e fazer. E até tivemos o apoio de um escritório que nos ajudou a preparar essa documentação. Pelo menos, no meu caso, ajudou-me a fazê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos só interromper um pouco para criar condições. Peço desculpa.

*Pausa.*

Vamos fazer silêncio para que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares possa continuar.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Para que fique claro, até para quem nos ouve, essas obrigações decorrem das obrigações quer do Estatuto do Gestor Público, quer das obrigações inerentes a estar numa empresa pública com ligação às Finanças, e não numa empresa privada. Na sua vida privada, nunca teve de cumprir essas obrigações.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Correto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Por isso, nenhum dos administradores que estavam na TAP poderia dizer que desconhecia estar

sob o Estatuto do Gestor Público, até por essas obrigações que lhe foram dadas logo no início do mandato.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Essa conclusão já não a posso tirar pelos outros. Quanto a mim, sim, eu sabia... Aliás, há bocadinho, lembra-se de que até hesitei sobre se essa era uma obrigação que decorria do Estatuto do Gestor Público ou não?

O que eu sei é que sabia que havia a obrigação de quem trabalha numa empresa pública declarar ou depositar os seus interesses e o seu património e sei que recebi um documento elaborado na TAP que discriminava isso. Mas não fui ler o Estatuto do Gestor Público e ver onde é que estava o parágrafo a dizer isso.

Portanto, não posso concluir que, pelo facto de as pessoas terem entregado isso, então, conheciam o Estatuto do Gestor Público. Eu conhecia o Estatuto do Gestor Público, mas não posso dizer que se os outros entregaram eles também conheciam o Estatuto do Gestor Público.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Percebo, mas das suas palavras poderemos retirar pelo menos o seguinte: foi obrigado a um procedimento que nunca, na sua atividade privada, tinha sido obrigado a fazer, o que, pelo menos, levantaria uma curiosidade por ser especificamente esta obrigação no espaço da TAP.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Exatamente, ao abrigo de uma empresa pública tem esta obrigação. Mas se ela resultava do Estatuto do Gestor Público ou de outro diploma, aí já não consigo, enfim, subscrever. Teria de ir agora ver o Estatuto do Gestor Público, mas já me disse que está no Estatuto do Gestor Público.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor já tem um largo currículo de experiência a este nível. Acontecendo o que aconteceu, e já nos disse que a relação que tinha, ou que avaliava nos seus colegas no Conselho da Administração, não era uma relação que catalogasse como conflitual — apesar de poder ter discussões mais ou menos acaloradas, nunca considerou que fosse conflituosa —, pergunto-lhe se, mesmo que fosse conflituosa, a forma de resolução numa empresa daquelas por onde passou no privado é de um dos administradores impor a saída do outro através de uma decisão quase individual.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, eu não vou comentar. Quer dizer, todos eles são pessoas que merecem o meu respeito profissional, com os quais tive uma relação muito boa e, portanto, não consigo estar a elaborar sobre se acho normal ou não.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, fazendo a pergunta, não nesses termos, mas ainda sobre o mesmo tema: qualquer decisão desse género teria sempre de ser uma decisão a que o acionista desse um *ok* para que acontecesse, até porque teria de passar pela assembleia geral de seguida?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, não vou tecer considerações sobre isso. Peço que me respeite, mas... não vou.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não estou a insistir sequer na matéria, mas queria agora fazer um conjunto de perguntas sobre os factos, em relação às suas funções e às obrigações que tinha nelas.

Se existisse a saída de um administrador no período em que esteve nas suas funções, e se essa saída obrigasse a um pagamento de uma indemnização, seria envolvido nesse procedimento e nessa decisão?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, esse é um cenário tão extremo que eu nem consigo estar a pensar... Se acontecesse uma coisa para a saída do administrador, se conseguia assegurar que ia estar em... não consigo elaborar sobre isso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor referiu-nos no início que tinha responsabilidades, e agora vou citar o que nos disse, «responsabilidade na TAP, quer financeiras, de contabilidade e fiscalidade, de planeamento e controlo e de orçamento». O pagamento de uma indemnização para a saída de um administrador poderia, seguramente, entrar na vertente do orçamento, poderia entrar na vertente de contabilidade e fiscal, e, por isso, necessariamente, beliscava, pelo menos, as responsabilidades que assumiu. E a minha pergunta é só para me confirmar, ou não, se, a acontecer esse cenário, teria de passar pelo CFO.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, como lhe digo, este é um evento, uma situação que ocorreu, e eu não estava lá.

De acordo com o que foi explicado relativamente ao protocolo dentro da TAP — e eu não tenho possibilidades nem de confirmar nem de contrariar, porque não tive essa experiência —, aquele tipo de pagamento, estando ele num procedimento normal, da área de recursos humanos, que, depois, vai de uma determinada forma para a área financeira e a tesouraria paga, eu não tenho possibilidade aqui de lhe dizer se era assim ou não era assim, porque nunca fui confrontado com essa situação. A Sr.<sup>a</sup> Deputada do PS colocou-me essa questão e eu acho que, se está dentro... A mim nunca me vieram pedir autorização para um pagamento de salários, e pediram-me autorização para outros pagamentos, mas que não eram pagamentos de rotina. E, portanto, tem a ver com a forma como este protocolo está montado

na TAP, mas que não ocorreu durante o meu período, e imagino que tenha sido feito. De acordo com o que dizem, foi bem feito e de acordo com as regras.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E caso estivesse nesse período na TAP e lhe chegasse um pedido destes, teria o contacto com a tutela para validar a autorização do pagamento?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Prefiro não estar a comentar.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu percebo o não querer comentar, mas coloca-me perante uma situação quase insolúvel, porque há um conjunto de responsabilidades que assumiu que teve, e que decorrem até das obrigações legais que assumiu, e que leva a sério, porque disse que uma das inexistências que teve como consequência da sua saída da TAP foi a falta de um seguro de responsabilidade civil e, por isso, percebo que não é sobranceiro na forma como olha para as suas responsabilidades.

No entanto, ao confrontá-lo com as putativas responsabilidades numa situação no período em que esteve na TAP prefere não me responder. Eu tendo a achar que essa resposta é para não confrontar depoimentos anteriores, o que em si, enquanto Comissão de Inquérito, nos coloca outro problema: é que, na verdade, somos aqui restringidos pela publicidade dos nossos atos, coisa que não deveria acontecer.

Por isso, eu vou reformular a pergunta, tentando não beliscar até o relacionamento que possa ter com outros administradores, ou com quem lhe sucedeu, e alguma ética profissional que possa estar aqui a ser melindrada. Vou voltar às suas afirmações iniciais. A responsabilidade financeira, a responsabilidade de contabilidade, de fiscalidade, de planeamento e controlo

e de orçamento não implicava que uma despesa extraordinária de meio milhão de euros tivesse de passar, de alguma forma, pela sua posição?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, eu acho que há um orçamento, e as coisas têm de ser executadas dentro do orçamento. Portanto, se estava no orçamento de gastos de reestruturação, eventualmente não passaria.

O que posso dizer-lhe é que eu, relativamente a tudo o que me chegava, tentava ser muito criterioso... Lembro-me de me pedirem procurações para negociar acordos de manutenção de motores, e eu pedi uma série de explicações. Recordo-me de ter trabalhado bastante com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, relativamente à questão da definição das delegações e dos processos de aprovação, pela Comissão Executiva, dos gastos. Era uma área muito importante e que eu achava que a TAP tinha muito espaço para melhorar.

Portanto, eu sou uma pessoa que procura, dentro do que está ao meu alcance, ser cuidadosa.

Neste caso em concreto, não sei se ele chegaria ou não chegaria, porque, pelos vistos e pelo que se contou, ele estava orçamentado, estava dentro do que eram as rubricas do plano de reestruturação. E, portanto, Sr. Deputado, eu não posso acrescentar-lhe mais nada sobre isto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tenho apenas uma última pergunta para lhe fazer. Daquilo que conhece — entrou na empresa numa fase em que estava para aprovação o plano de reestruturação—, havia ou teve conhecimento de ter havido, em algum momento, uma vontade da Comissão Europeia para prever, no plano de reestruturação, a privatização parcial ou total da TAP, ou esse compromisso foi assumido do lado português?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Sr. Deputado, com toda a franqueza, eu não me recordo. Se me pergunta onde é que está, no plano de reestruturação ou na correspondência da Comissão Europeia, a questão da privatização, eu não me recordo de lá estar. Pode estar, mas eu não me recordo, e não estou a tentar fugir à questão. Mas se eu acho que a reorganização da TAP passaria pela sua privatização, eu creio que isso estava subjacente ao processo de aprovação da reorganização da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado, Sr. Doutor.

Vamos, então, abdicar da 2.<sup>a</sup> ronda, conforme consensualizado em reunião de Mesa e Coordenadores, e vamos passar para a 3.<sup>a</sup> ronda. Nesta ronda, os Deputados intervêm durante 3 minutos e depois o Sr. Doutor responderá em conjunto.

Vou aceitar inscrições.

*Pausa.*

Inscreveram-se o Sr. Deputado Filipe Melo, o Sr. Deputado Hugo Carneiro, o Sr. Deputado Paulo Moniz. Mais alguém pretende inscrever-se? Não. Portanto, temos o Deputado Filipe Melo, o Deputado Hugo Carneiro e o Deputado Paulo Moniz.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Dr. João Gameiro, pelas respostas da 1.<sup>a</sup> ronda.

Há um tema a que, inevitavelmente, gostaria de voltar. Foram cerca de 1200 profissionais de cabine que saíram, muitos deles reintegrados, mas o Sr. Doutor, certamente, desconhece — o que é normal — que o número de

trabalhadores que saiu, assinando o acordo, foi de cerca de 300, 300 mulheres e homens que ficaram sem emprego, depois de muito tempo de dedicação à empresa, depois de se mostrarem disponíveis para voar, para ir buscar os nossos concidadãos que estavam em vários pontos do mundo, aquando da desgraça que foi a covid, estes mesmos homens e mulheres que, depois, a companhia ignorou, desprezou, maltratou e que, ainda hoje, continua a ignorar, não os reintegrando e dizendo que se tivessem saído pelo despedimento coletivo, certamente estariam a ser reintegrados.

Estes 300 homens e mulheres fazem falta à companhia nos dias de hoje. Fazem falta, porque a companhia está a recrutar, e o processo de recrutamento sai muito mais caro — e o Sr. Doutor tem essa noção — do que reintegrar os que saíram. A formação de assistentes de bordo custa uma loucura, e o Sr. Doutor também sabe disso. Estamos a falar de um valor de formação que, por cada tripulante, rondará os 10 000 € por dia, e a companhia continua a esbanjar dinheiro para contratar novos tripulantes, para formar novos tripulantes, quando tinha à sua disposição tripulantes perfeitamente preparados e era de suma justiça reintegrar estas pessoas.

A pergunta que lhe faço é se acha normal, dois anos depois, ainda não haver ninguém nesta empresa com coragem, com decência e com bom senso para reintegrar estas pessoas.

Segunda e última questão, relativamente aos seguros *Director & Officers* e IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas): se isto está na base da demissão do Sr. Doutor, não percebo que não só o Sr. Doutor, mas qualquer diretor ou qualquer membro do *Board*, não tenha um seguro destes. Percebo que estes seguros são fundamentais para darem segurança e tranquilidade a quem tem de tomar decisões, mas essas decisões são bem pagas. Por isso é que são administradores, são gestores de topo e por isso é que recebem 10, 20, 30 vezes mais do que os restantes trabalhadores. É porque tomam decisões e tomam decisões difíceis. Portanto, não precisam

dos seguros. Já são pagos para isso. São pagos para assumir responsabilidades, para tomar a dianteira, para tomar decisões.

Portanto, se isto foi a sua principal causa de despedimento ou de rescisão, não concordo, mas gostaria de saber se foi esta a principal causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor João Gameiro, David Neeleman já disse publicamente, e tem usado este argumento, que a empresa, em 2019, tinha um rácio de dívida líquida sobre o EBITDAR de 6,5, isto é, inferior a 11, verificado em 2015. Ele referiu também que o *Cask* (*cost per available seat-kilometer*) da empresa, entre 2017 e 2019, foi sendo reduzido.

Sei que não é o seu período, mas imagino que, com as funções que exerceu na TAP, ainda que nesse curto espaço de tempo, possa ter olhado para o histórico, para a evolução da empresa, pelo menos nos anos mais recentes. Gostava que me confirmasse se esta evolução ocorreu ou não, se se recordar disso.

Queria também perguntar-lhe, atendendo a que a TAP tem ainda um longo percurso pela frente e atendendo ao conhecimento que teve dos três meses — essencialmente três meses — em que esteve na TAP, sobre o impacto da negociação com os sindicatos, a sua importância e de que forma é que isto pode estar relacionado com a própria sobrevivência da TAP, ou seja, qual é o peso ou a importância da negociação com os sindicatos para a própria sobrevivência da TAP, até conhecendo os resultados que foram anunciados relativamente ao ano passado, em que percebemos que grande parte do contributo dos resultados vem dos cortes que foram feitos aos colaboradores. Portanto, parece-me um ponto importante e gostava também de ouvir a sua reflexão sobre isso, pelo menos, tendo em conta o

conhecimento que possa ter.

Depois, queria perguntar-lhe se reuniu alguma vez com a Comissão Europeia; se não, de que forma é que o Governo lhe transmitia os desenvolvimentos sobre o processo de reestruturação e se achava importante ou não, eventualmente, se não tiver reunido com a Comissão Europeia.

Recordo-me de uma ata em que uma das administradoras, Ana Lehmann, a determinada altura, até sugere criar-se uma espécie de comissão ou de grupo diplomático da empresa, nesta relação com a Comissão Europeia. Ainda estava na empresa, na altura, portanto, deve recordar-se disso. Queria perceber um bocadinho essa discussão e a sua importância.

Na ata de 7 de julho de 2021 é discutida uma questão relacionada com a Elavon e, portanto, a dependência no processamento dos cartões de crédito, dos pagamentos dos cartões de crédito, porque eventualmente a Elavon poderia estar a reter unilateralmente fundos da TAP, e isso era importante por causa da tesouraria. Queria perceber essa discussão, porque é que trabalhavam com este operador e se, ainda durante o seu período, foi decidida alguma coisa em concreto relativamente a isto.

Sobre a substituição da frota automóvel, que também foi polémica, a determinada altura, deixaram cair a substituição da frota, há aqui duas questões importantes. Uma delas tem que ver com a utilização da própria frota por membros da Administração. Por um lado, gostaria de perceber qual é a sua experiência sobre isso, que conhecimento é que tem sobre isso, eventualmente conhecerá as polémicas que surgiram *a posteriori*. Por outro lado, sobre a substituição dos carros, queria perceber que operação era essa, porque é que estavam a decidir seguir um determinado caminho, porque é que descontinuaram a operação, se foi pela pressão pública ou não.

Por fim, sobre os escritórios e as instalações da TAP. A Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis estava a desenvolver estudos nesta área. Sei que houve discussões também na Comissão Executiva sobre isto. Havia seis cenários

em cima da mesa. Qual é a apreciação que faz sobre esses cenários ou essas discussões, ou seja, manter as instalações onde estavam com a eventual recuperação das mesmas ou mudar-se para outro sítio? O que é que poderia ser mais interessante para a TAP?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, queria começar por recentrar as minhas perguntas em torno, naturalmente, do objeto central desta Comissão, que é a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

A primeira pergunta que lhe gostaria de fazer é se, no âmbito do trabalho que desenvolvia no Conselho de Administração e conforme já nos disse, nomeadamente na questão da racionalização de custos e na análise da performance dos vários indicadores, trabalhava muito proximamente com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, isto é, se era, por razão do âmbito de ambos, alvo de reuniões de trabalho conjunto, se havia proximidade entre os dois enquanto membros da Comissão Executiva.

Sobre a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, sabemos, porque ela disse, que teve um papel fundamental na execução e construção do plano de reestruturação. A pergunta que lhe quero fazer é: este plano de reestruturação, naturalmente, obrigava a que a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, diversas vezes interagisse com o Dr. Miguel Cruz, enquanto secretário de Estado com a pasta do Tesouro. Acompanhou essas interações? Deu contributos para a discussão com o Dr. Miguel Cruz? Era uma relação tripartida, na medida em que, quer o Sr. Doutor quer a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis se envolviam na análise e na construção deste plano? E, se assim era, digamos, com que frequência isso acontecia? Pedia-lhe que elaborasse sobre isso.

Também gostaria de saber e que nos detalhasse, com alguma profundidade, a regularidade do seu contacto com o Dr. Miguel Cruz. Disse-

nos que sempre que pretendeu chegar à fala com o Governo — e que o seu interlocutor era, maioritariamente ou quase sempre, as Finanças —, não tinha dificuldade nisso. Mas gostava que nos desse uma visão mais concisa e mais detalhada, relativamente aos três meses que executou ou que esteve em funções na TAP, sobre, enfim, qual era a regularidade com que mantinha os contactos com o Dr. Miguel Cruz.

Finalmente, gostava que me respondesse, depois de ter saído da TAP, quantas vezes se encontrou quer com o Dr. Miguel Cruz, quer com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, e se o faz ou fez numa base regular, isto é, se almoçam, se jantam, se se encontram em eventos de três em três meses, de seis em seis meses, se nunca mais os viu ou ouviu ou com eles contactou, depois da sua saída da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma resposta conjunta, tem a palavra o Sr. Dr. João Weber Gameiro. Tem de ligar o microfone.

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Relativamente às questões do Sr. Deputado do Chega, em relação a esta situação dos 300 ex-trabalhadores da TAP que saíram não ao abrigo do despedimento e que agora não são reintegrados, confesso que não lhe consigo dizer mais. Não sei se colocou esta questão, ou não, a quem da TAP esteve envolvido nisto e quais é que foram as explicações que lhe deram, porque, seguramente, faltam aqui elementos para entender a justificação disso e, portanto, não consigo ter uma opinião.

Relativamente ao tema do seguro *Directors and Officers* e se a remuneração já é suficiente ou não é suficiente, no meu caso, acho que a remuneração não é algo... Acho que são assuntos diferentes, porque as responsabilidades que podem advir para um administrador podem ser muito elevadas e não têm a ver com o seu salário, têm a ver, inclusive, com a sua

própria situação. Imagine ter uma incidência com um financiamento sobre lei de Nova Iorque e que tem de contratar um advogado para o defender. Eu não sou jurista. São processos de milhares de páginas, intensos, que exigem especialistas. Acho que uma pessoa que faz isto só por um tema de salário... Não acho que deva ser. Acho que as coisas têm de ser feitas como deve ser, e se estes seguros existem, se as empresas os utilizam, por algum motivo é. Não é só porque querem ser generosas para com os seus administradores. Até porque acho que se deve assegurar que os administradores têm as condições para tomar as melhores decisões e não estarem bloqueados ou bloquearem-se por causa deste tipo de desproteção, digamos assim.

Relativamente à questão que se colocou da parte do PSD, relativamente aos rácios de endividamento e à tesouraria, do que me apercebi, do tempo em que lá estive e do que aprofundei, a tesouraria e a liquidez das empresas aumentou muito durante o período da covid. Justamente porquê? Porque, como estávamos num mundo de incerteza e as empresas tinham de proteger o seu *rating* e a sua qualidade, todas elas negociaram linhas de crédito.

Salvo erro, a liquidez deve ser mais ou menos... Já não me lembro de quanto é que era... Enfim, mais de 8 % do que são as receitas que se deveria ter em liquidez.

Portanto, a TAP não tinha a capacidade de ter essa tesouraria. A TAP tinha a tesouraria que lhe foi dada pela República Portuguesa e, já assim, beneficiando do aumento de capital que foi feito em maio, de 462 milhões de euros, que, de acordo com as nossas projeções, dificilmente, ou muito marginalmente, passaria dezembro de 2021 com tesouraria positiva.

Relativamente à questão dos sindicatos e de que os resultados vêm pelo esforço dos trabalhadores, etc., e de como é que deve ser a negociação, acho que a negociação com os sindicatos, quer da parte dos sindicatos quer dos trabalhadores — vou dizer uma coisa que é normal —, acho que tem de

haver bom senso de ambas as partes. Acho que a TAP tem de ser uma empresa rentável. Acho que a TAP tem de ser uma empresa rentável e que nós, como portugueses, devemos preocupar-nos com que a TAP seja uma empresa rentável, porque é a forma de assegurarmos que amanhã não temos uma situação equivalente, que é uma empresa que é capaz de levantar financiamento por si própria e que é equilibrada e não a TAP que tínhamos. Portanto, acho que tem de haver aqui bom senso de ambas as partes.

Relativamente à questão das reuniões com a Comissão Europeia, se participávamos, se não participávamos. Eu participei... Estávamos em ambiente de covid, não é? Atenção. Portanto, não participei em nenhuma reunião com a Comissão Europeia e com a DGComp (Direção-Geral da Concorrência). Participei em algumas reuniões virtuais com a DGComp. Mas quero sinalizar que o processo era liderado pelo Ministério das Finanças e a TAP aportava na parte que era a sua competência. Portanto, a TAP não era uma parte ativa, digamos, não liderava a negociação. Portanto, a negociação do processo de reestruturação da TAP, ou do plano de reestruturação, sempre foi liderada pelo Ministério das Finanças, imagino eu, partilhando com o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, portanto, pelo Governo.

Relativamente à questão da Elavon, a Elavon é um *acquire*. Portanto, quando compramos uma passagem aérea e pagamos com o cartão de crédito, quem faz o *settlement* dessas operações é este *acquire*, neste caso, a Elavon, que é um grande *acquire* americano, salvo erro do U.S. Bank, e tinha uma quota brutal no negócio da TAP.

Estes senhores entenderam que, face à situação da TAP... Passo atrás: se o voo não se realizar, há o risco de o cliente pedir o reembolso e quem tem de reembolsar é o *acquire*, neste caso, a Elavon. Portanto, a Elavon começou a achar que amanhã havia um risco de a TAP deixar de voar. E, como achava que havia esse risco, entendeu que o melhor era passar a reter

uma parte do dinheiro. Salvo erro, a Elavon estava a reter 60 milhões de dólares, que eram da TAP e que estavam retidos na Elavon.

A Elavon tinha um contrato fortíssimo para o lado deles, em que não tínhamos capacidade de... O nosso poder negocial era diminuto, portanto, o melhor que podíamos fazer era sentarmo-nos e ter conversas regulares com a Elavon e explicar-lhes muito bem o que é que o Governo e a Administração estavam a fazer, para que a situação não se agravasse. Isto era o nosso cuidado com a Elavon.

Não havia alternativa de ir buscar... Há mais *acquires*, *ok*? Mas, para meter um *acquire* novo, salvo erro, é preciso alterar sistemas, também é preciso fazer testes, etc. Não é uma coisa que se consiga arranjar de forma rápida. Portanto, acho que uma das lições aqui é que as empresas devem ter vários *acquires* e não estar dependentes da Elavon.

A Elavon tinha um contrato que estava vencido, ia estendendo e houve uma altura que a Elavon queria que assinássemos um papel a dizer que reconhecíamos que estávamos numa situação de incumprimento, que é uma coisa que me preocupou imenso, porque se eu declarasse que estava numa situação de *event of default*, quando tinha acabado de declarar num contrato com fundos que não estava em nenhuma situação de *event of default*. Portanto, isto era o tipo de matérias que nos preocupavam bastante.

Bom, esse assunto da Elavon foi resolvido, mas havia esta retenção.

Relativamente à questão dos carros, o que havia foi que, pouco tempo depois de eu chegar... Os contratos, como sabem, eram em regime de *leasing*, de aluguer e aquilo tem um determinado prazo. Portanto, o que fizemos, na altura, — até foi liderado pela Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis — foi estender o contrato mais um ano, salvo erro.

Havia uma discussão — mas, na minha fase, nunca entrámos em grande discussão sobre isso — que era saber se, mantendo os carros, os custos de manutenção dos carros não são agravados e, às tantas, é melhor

substituir os carros. Mas nunca entrámos nessa discussão.

A utilização dos carros era uma utilização... O carro estava com o administrador e, portanto, o que eu fazia é que utilizava o carro para ir para casa e utilizava o carro ao fim de semana. Portanto, nunca utilizei o carro rigorosamente para mais nada e ninguém, que não eu, utilizou o carro. Relativamente às outras pessoas, não tenho conhecimento de nenhuma situação de o carro ter sido utilizado com qualquer outro propósito.

Depois, tinha aqui uma questão quanto aos escritórios. Relativamente aos escritórios, de facto, tivemos estas discussões ainda quando eu lá estava, mas de forma muito preliminar. O edifício da TAP onde são os escritórios, não sei se vocês conhecem, mas está numa situação muito, muito debilitada. Vê-se o betão. Portanto, aquilo está, de facto, num estado muito agravado e, por isso, tínhamos discussões sobre isso. A Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis apresentou-nos trabalhos que tinham sido feitos anteriormente.

Atenção que os ativos estão dados em colateral, *ok*? Portanto, o reduto TAP ou aqueles edifícios estão dados em colateral.

Alexandra Reis fez-nos apresentações de estudos que tinham sido feitos, inclusive até com uma perspetiva de valorização e de rentabilização de parte daquele património, porque há edifícios que não estão, pura e simplesmente, ocupados, e havia uma discussão relativamente a opções.

Eu próprio, algumas vezes, questioneei: «Porque é que não vendemos isto tudo e vamos para uma estrutura mais eficiente? Mas vendemos isto.» Mas, na opinião dela, não havia comprador para aquilo.

Portanto, tínhamos estas discussões e eu também participava nas discussões, não me estou a pôr à margem disso. Essa foi a minha participação nisto.

Relativamente à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, eu tinha proximidade com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, tal como tinha com todos os outros elementos da Comissão Executiva. Nós trabalhamos tal como vocês trabalham aqui neste

edifício, quer dizer, aquilo é um corredor em que estamos nós, estão outras equipas e todos os dias nos cruzávamos. Eu até tinha a política de ter sempre a porta aberta. Portanto, várias vezes, passava pelo gabinete dela.

Alexandra Reis tem uma memória toda da TAP, até àquela data, dos últimos 12 meses, de forma muito intensa e, portanto, muitas vezes conversava com ela, ela também conversava comigo sobre determinadas coisas. Ela era a anterior CFO interina, como sabem, antes de eu chegar, portanto, tínhamos uma relação boa e também tinha uma relação boa com todos os outros administradores. Tinha também uma relação muito próxima com a ex-CEO.

Quanto a Ramiro Sequeira e a Silvia Mosquera, já eram assuntos com os quais eu não estava envolvido, porque era a área comercial e a área de operações e, portanto, não tinha uma relação tão grande com eles, mas... excelente.

Relativamente à questão do Dr. Miguel Cruz, eu tive um convite da parte dele. Depois, ele explicou-me o projeto. Depois, tive algumas interações com ele por telefone, também relativamente a se o plano ia ser aprovado, se estava iminente ou se não estava iminente a aprovação do plano.

Recordo-me de que ele me pediu para me reunir com ele e, num final de tarde, tive com ele uma conversa no Ministério das Finanças.

Eu fazia os pedidos pela DGTF e, às vezes, aquilo não era... Tínhamos de mandar o dinheiro para o Brasil, às vezes com muita urgência, não é? Portanto, eu próprio também lhe mandava alguma mensagem a alertá-lo de que estávamos à espera disto e ele, de quando em quando, respondia-me, ou se chegava a aprovação ou ligava-me uma pessoa do gabinete dele.

Tive algumas conversas com ele sobre a minha preocupação e sobre não estar confortável com situações e, portanto, conversei com ele. Em todo o caso, era uma pessoa bastante ocupada. Eu nunca tive funções de Governo, mas imagino que seja uma agenda muito intensa.

Não voltei a estar com o Dr. Miguel Cruz, desde que saí. Com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, depois de eu ter saído e até ela ter saído, nunca estive com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Depois de ela ter saído, estive com ela poucos dias depois. Conversámos um bocadinho sobre a saída dela. E depois voltei a estar com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis já mais tarde, depois de ela ter assumido o projeto da NAV, e voltei a estar com ela duas vezes, já depois de ela ter saído do cargo de Secretária de Estado do Tesouro.

Acho que é uma resposta bastante detalhada. Posso ter falhado algum...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Doutor.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É um pequeno detalhe, naturalmente. O Sr. Doutor disse que, de facto, nunca mais esteve com o Dr. Miguel Cruz após a sua saída, mas eu tinha perguntado se tinha estado ou falado. Essa parte do falado, não sei se quando diz que nunca mais esteve com ele...

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Não conversei mais com o Dr. Miguel Cruz, depois de ter saído da TAP.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Em nenhuma circunstância? Social...? Nunca, não é?

O Sr. Dr. **João Weber Gameiro**: — Em nenhuma circunstância.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos a nossa audição.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Sr. Doutor João Weber Gameiro, pela sua disponibilidade e pelas suas respostas.

Uma muito boa tarde para todos. Bom resto de dia de trabalho.

*Eram 18 horas e 14 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.